

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA DE OLIVEIRA VANZELLOTTI MONTEIRO

**O 11 DE SETEMBRO: UMA TRAGÉDIA CONVENIENTE PARA O IMAGINÁRIO E
A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE?**

Porto Alegre

2013

LARISSA DE OLIVEIRA VANZELLOTTI MONTEIRO

**O 11 DE SETEMBRO: UMA TRAGÉDIA CONVENIENTE PARA O IMAGINÁRIO E
A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2013

LARISSA DE OLIVEIRA VANZELLOTTI MONTEIRO

**O 11 DE SETEMBRO: UMA TRAGÉDIA CONVENIENTE PARA O IMAGINÁRIO E
A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Pereira

UFRGS

Profa. Dra. Sonia Ranincheski

UFRGS

Dedico este trabalho àqueles que me possibilitaram ter uma educação de qualidade e gratuita em um país onde muitos são os que não têm acesso ao básico e à dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer minha família por ter me proporcionado as condições materiais e afetivas necessárias para que eu pudesse chegar à graduação. E que, através de suas escolhas e ensinamentos, fizeram de mim muito do que sou hoje. Em especial, quero agradecer a duas grandes mulheres na minha vida, minha vó Neca e minha mãe, que me ensinaram a nunca desistir, pois, quando há vontade, há um meio.

Gostaria também de agradecer meus queridos colegas e amigos, Airton, Felipe, Fernando, Gihad, Gisele, Giulia, Luiza e Marina, que, sem sombra de dúvida, contribuíram de maneira essencial para minha atual formação, principalmente enquanto ser humano, e para que essa graduação tenha sido uma das fases mais importantes da minha vida. Agradeço por ter tido a chance de ter pessoas fantásticas como vocês a cruzarem meu caminho. Obrigada pelas boas risadas, mas também pelo ombro amigo nas horas de aperto.

Gostaria igualmente de agradecer meus “amigos de antes da faculdade”, Helena, Guigo, Rafael e Bárbara, que estiveram ao meu lado por inúmeras vezes, nas mais diversas situações e com quem, tenho certeza, sempre poderei contar. Et aussi à mes chers amis de l'échange, Guilherme, Robert et Jasmin: sans vous, je n'aurais pas supporté la distance. Merci!

Gostaria ainda de agradecer aos professores dessa universidade que contribuíram muito para o meu conhecimento, mas também aos inúmeros professores pelos quais passei ao longo dos meus 18 anos de educação formal. Entre eles, a professora Jacqueline, com quem tive a oportunidade de trabalhar.

De forma especial, quero agradecer ao meu orientador, Henrique, que esteve presente, de fato, em toda a elaboração desse trabalho, sempre muito atento e prestativo, contribuindo muito para as reflexões que aqui foram feitas. E que, apesar do curto período de convivência, já pode ser considerado um amigo.

Agradeço também ao sistema educacional brasileiro que, através do sacrifício e colaboração da população brasileira, me permitiu ter uma excelente formação universitária de forma gratuita.

Meu agradecimento a todos!

“Power cannot be divorced from statecraft and depends upon it. And statecraft is as much, if not more so, about persuasion than coercion, about a state’s perceived moral integrity, the attractiveness of its culture and values and its ability to disseminate them abroad” (Alan P. Dobson and Steve Marsh, p. 134)

RESUMO

Os atentados de 11 de Setembro são considerados um marco para a história dos Estados Unidos da América, bem como para as Relações Internacionais. Desde então, foi declarada, pelo presidente George W. Bush, a Guerra ao Terror, a qual viria pautar a política externa estadunidense no início do século XXI e as relações entre diversos países. Por essa razão, esse trabalho busca, através de uma abordagem antropológica e de cultura política, analisar porque tais eventos tiveram uma grande repercussão na população estadunidense, de que forma esse fato histórico foi abordado pela mídia e pelo governo dos EUA e quais foram as consequências de tais abordagens para o estabelecimento da política externa estadunidense no pós-11 de setembro. Para tanto, é feita uma retomada do histórico político e social da identidade estadunidense, bem como da relação dos Estados Unidos com o terrorismo mundial e com os países que viriam a ser por ele invadidos, o Afeganistão e o Iraque. Através dessa análise, pode-se concluir que o 11 de setembro teve uma maior repercussão do que seria esperado devido aos esforços do governo estadunidense, o qual se utilizou do evento para aumentar sua legitimidade diante da opinião pública, para reafirmar a identidade do povo estadunidense e para viabilizar as invasões do Iraque e do Afeganistão, países que já eram alvo das intervenções estadunidenses desde alguns anos antes.

Palavras-chave: EUA; 11 de setembro; Terrorismo; Política Externa, Opinião Pública

ABSTRACT

The 09/11 attacks are considered a mark point for the history of United States of America, as well as for the International Relations. Since then, the War on Terror was declared by the president George W. Bush, this war would become the basis for the foreign policy of US in the XXI century and for the relations between many countries. For this reason, this paper tries, through an anthropological and cultural approach, to analyze why such events had a huge repercussion on the American population, in which way this historical fact was approached by the media and the US government and what were the consequences of this kind of approach to the establishment of the American foreign policy in the after- 09/11. To do so, in this work we make a reprise of the American political history and its social identity, as well as of its relation with the world terrorism and with the countries that would be later invaded by US, Afghanistan and Iraq. Through this analysis, we can conclude that the 09/11 had a bigger repercussion than what would be expected due to the efforts of the US government, which used the events to rise its legitimacy before the public opinion, to reaffirm the identity of the American people and to make possible the invasions of Iraq and Afghanistan, countries that had already been target of the American intervention since some years earlier.

Keywords: USA; 09/11; Terrorism; Foreign Policy; Public Opinion

RÉSUMÉ

Les attentats de 11 Septembre sont considérés un cadre pour l'histoire des États-Unis de l'Amérique, bien que pour les Relations Internationales. Depuis là-bas, a été déclarée, par le président George W. Bush, la Guerre au Terrorisme, la quelle allait baser la politique extérieure des États-Unis au début du XXIème siècle et les relations entre les différents pays. Pour cette raison, ce travail ci cherche, à travers une approche anthropologique et de culture politique, analyser pourquoi tels événements ont eu une grande répercussion sur la population des États-Unis, de quel façon ce fait historique a été touché par la media et par le gouvernement des EU et quelles ont été les conséquences de ces abordages pour l'établissement de la politique étrangère des EU après le 11 Septembre. Pour le faire, on fait une reprise de l'histoire politique et social de l'identité états-unienne, bien comme de la relation des États-Unis avec le terrorisme mondial et les pays qui, plus tard, ont été envahis par les EU, l'Afghanistan et l'Iraq. À travers cette analyse, on peut conclure que le 11 Septembre a eu une plus grande répercussion que ce qui serait attendu à cause des efforts du gouvernement des États-Unis, lequel s'est servi de l'événement pour augmenter sa légitimation auprès de l'opinion publique, pour réaffirmer l'identité du peuple américain et pour viabiliser les invasions de l'Iraq et de l'Afghanistan, pays qui étaient déjà la cible des interventions états-uniennes depuis quelques années.

Mots-clés: États-Unis; 09/11; Terrorisme; Politique Étrangère; Opinion Publique

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grau de Identidade Partilhada.....	47
Figura 2 – Modelo do processo de enquadramento para eventos terroristas.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cultura x Poder.....	47
---------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reações Psicológicas- Chave ao 11/09.....	50
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM- Armas de Destruição em Massa

EUA- Estados Unidos da América

OMC- Organização Internacional do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2- EUA: IDENTIDADE E POLÍTICA EXTERNA ANTES DO 11 DE SETEMBRO...18	
2.1- A Política Externa Estadunidense.....18	
2.1.1- Da Independência à Guerra Fria: a formação da identidade nacional.....18	
2.1.2- Da Guerra Fria ao Vácuo de Poder.....21	
2.2- A “Ameaça” Terrorista.....24	
2.2.1- O Terrorismo.....24	
2.2.2- O 11 de Setembro e a Guerra ao Terrorismo.....27	
2.3- Os Novos Inimigos?.....30	
2.3.1- O Afeganistão, a Al Qaeda e Osama Bin Laden30	
2.3.2- O Iraque de Saddam Hussein.....33	
3- A DIFUSÃO DO 11 DE SETEMBRO.....35	
3.1-A mudança da popularidade de Bush e o aumento do poder.....35	
3.2- O papel da mídia e a mídia estadunidense.....38	
3.3-A manipulação e controle das informações.....41	
3.4-O uso do terrorismo: a criação do estranhamento, a ratificação da identidade estadunidense e a percepção do risco.....45	
4- A OPINIÃO PÚBLICA E A AÇÃO INTERNACIONAL DOS EUA.....48	
4.1-Percepção do risco: a base para o apoio.....48	
4.2-A ligação entre Saddam, o Iraque e o 11 de setembro.....52	
4.3-A opinião pública importa?.....56	
4.4- A Busca pelo Consenso.....61	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se trata de um estudo sobre os Estados Unidos da América, no período do pós- 11 de setembro. Esse evento, mais do que uma tragédia, foi um marco histórico tanto para os EUA quanto para o resto do mundo e para as Relações Internacionais que viriam a se estabelecer pós- 2001. Quando se estudam as Relações Internacionais, sejam elas contemporâneas ou durante a Guerra Fria, torna-se imperativo a reflexão sobre a presença dos Estados Unidos da América no mundo e sua influência sobre os mais diversos fenômenos e decisões internacionais. Não apenas o país mais materialmente poderoso, os Estados Unidos é também a nação mais influente do globo. Suas intervenções se dão, muitas vezes, através de ações militares, mas elas também são realizadas por meio dos inúmeros organismos mundiais existentes, tais como a OMC, a OTAN, o FMI e, principalmente, a ONU. Mesmo que teoricamente tais organismos existam para a representação de todos os países, na prática, países poderosos como os EUA têm mais influência nas decisões tomadas por essas instituições do que países menores. Dessa forma, os organismos internacionais são mais uma forma de se chegar a objetivos políticos e econômicos. Em um sistema mundial anárquico como o atual, tais organizações seriam as responsáveis, em boa medida, pela ordem mínima nas relações entre os Estados e pelo controle das ações unilaterais que os países possam, eventualmente, tomar.

No entanto, devido aos diferentes papéis desempenhados pelos Estados nas organizações internacionais, o poder coercitivo delas é bastante limitado e sua ação punitiva é pequena, nem sempre podendo ser concretizada. Por não haver um órgão coercitivo responsável pelo gerenciamento global, fica, de certa forma, a critério dos Estados seguir ou não o que lhes é recomendado. Nesse sentido, o caso do EUA é emblemático: na posição de maior economia e potência do planeta, suas possibilidades de descumprimento às recomendações internacionais são diversas. Por muitas vezes, o governo estadunidense desobedeceu às normas internacionais, violou os direitos humanos ou colaborou com a violação dos direitos humanos em outros Estados. Na verdade, existe uma relação bem próxima entre os maiores casos de violação e a ajuda estadunidense (CHOMSKY, 2003). Surge, assim, uma questão: se os órgãos internacionais (entre eles, a ONU, criada para manter a paz no pós- Segunda Guerra Mundial) não são capazes e não têm a competência para impedir e punir as ações violentas empreendidas pelos Estados, especialmente Estados poderosos como os EUA, há algum mecanismo que seja capaz de fazer esse papel?

Essa pergunta sempre havia me intrigado, juntamente com o tipo de poder exercido pelos Estados Unidos no Sistema Internacional. Em uma ida a Nova Iorque, visitando o memorial do 11 de setembro, surgiu a ideia desse trabalho. Poder conviver com a realidade dos estadunidenses, mesmo que apenas por alguns dias, me fez refletir mais sobre os ataques e suas repercussões. Em conversas com estadunidenses, comecei a me perguntar de que forma os ataques tinham afetado não apenas as Relações Internacionais, mas também a história e o povo daquele país. Nessa experiência de estar em Nova Iorque, pareceu-me que o 11 de setembro estava marcado na memória daquelas pessoas e que ele havia sido muito mais do que um evento de Relações Internacionais. Naquele momento, a Política Externa dos EUA se tornara assunto de Política Interna, assim como em vários outros momentos da história estadunidenses, e a Opinião Pública daquele país passou a ser parte integrante das decisões que seriam tomadas no pós-11 de setembro. Além disso, comecei a me perguntar se essa relação tão próxima da população com os ataques, mas também a noção de pertencimento e patriotismo que identifiquei nas falas dos cidadãos de Nova Iorque, não seria, em alguma medida, um mecanismo de controle do governo dos EUA. Devido às dúvidas levantadas ao longo da graduação e dessa visita aos EUA, pude então decidir o assunto desse trabalho.

Dessa maneira, esse trabalho tem por objeto de estudo os Estados Unidos da América. Nesse estudo, pretende-se responder à questão: qual foi o papel dos eventos do 11 de setembro para os rumos da política interna e externa dos EUA, no pós-11 de setembro, até a invasão do Iraque, em 2003? Para respondê-la e para (caso o 11 de setembro tenha sido determinante) entender de que forma esse processo se deu, buscaremos responder a quatro perguntas:

- 1- O surgimento de uma nova ameaça externa (o terrorismo) contribuiu para o aumento da coesão interna?
- 2- A opinião pública teve papel relevante no estabelecimento da política externa estadunidense no pós-11 de setembro?
- 3- A mídia e o governo contribuíram para a disseminação da ameaça terrorista ou os ataques foram a única causa da repercussão vista?
- 4- Os ataques de 11 de setembro contribuíram para o aumento da legitimidade do presidente George W. Bush?

Para responder à questão central desse trabalho, tem-se como hipótese que os ataques terroristas de 11 de setembro foram determinantes ao estabelecimento da política externa e interna estadunidense no pós-11 de setembro. Como hipóteses específicas, acredita-se que o surgimento de uma nova ameaça externa colaborou para o aumento da coesão interna, que a

opinião pública teve relevância no processo de estabelecimento da política externa no pós-11 de setembro, que os eventos de 11 de setembro não foram as únicas causas da repercussão vista e que os ataques legitimaram a ação de George Bush.

A partir do exposto acima, esse trabalho objetiva descobrir quais foram as consequências do 11 de setembro para a política externa estadunidense, verificando qual foi o papel da população, do governo e da mídia no estabelecimento da política externa estadunidense, bem como de que forma os ataques afetaram a sociedade estadunidense e a aceitação de Bush pela opinião pública. Para tanto, será analisada a forma como o assunto foi abordado tanto pelo governo como pela mídia dos EUA, dando-se destaque para a importância dos meios de comunicação e para o papel da opinião pública. Para a realização de tal análise, serão utilizados diversos autores e algumas fontes primárias, tais como os discursos do presidente George Bush e documentos publicados pelo governo estadunidense. Também serão analisados dados provenientes de pesquisas de opinião, através dos quais se verificará quais foram as mudanças na opinião pública do período anterior ao período posterior aos ataques.

No primeiro capítulo desse trabalho, será feita uma retomada do histórico dos EUA, resgatando a formação da nação desde a independência, em 1776. Nesse momento, será dada atenção especial aos elementos constituintes da identidade estadunidense, bem como de seu imaginário. Logo em seguida, será tratado o assunto do terrorismo de modo geral, juntamente com uma explicação dos ataques terroristas e de sua repercussão imediata. Por fim, será apresentada uma breve introdução ao que são o Afeganistão e o Iraque, acompanhado de um pequeno resumo de suas respectivas relações com os EUA no período anterior aos ataques.

No segundo capítulo, serão analisadas as consequências do 11 de setembro para a popularidade do presidente George Bush e do congresso estadunidense, bem como o papel da mídia e do governo estadunidenses na veiculação dos eventos e a forma como a situação do terrorismo e dos ataques foi exposta à opinião pública. No terceiro e último capítulo, será exposto o papel do risco no estabelecimento do apoio, bem como os mecanismos utilizados pelo governo para o convencimento da população da necessidade da invasão do Iraque. Além disso, é nesse último capítulo que será analisado qual foi a importância da opinião pública para o estabelecimento da política externa no período pós-11 de setembro e quais foram as consequências dos ataques para a legitimidade do governo estadunidense.

2- EUA: IDENTIDADE E POLÍTICA EXTERNA ANTES DO 11 DE SETEMBRO

2.1- A Política Externa Estadunidense

2.1.1- Da Independência à Guerra Fria: a formação da identidade nacional

Pensar em EUA, quase que inevitavelmente, nos remete a uma ideia de belicosidade, de poder militar e econômico. Testemunhar um país que dispõe de uma posição de clara vantagem de poder em relação a quase todos os países do Sistema Internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a todos desde o fim da Guerra Fria nos leva a acreditar que a importância e os elementos de suporte do poder dos EUA surgiram juntamente com sua ascensão como hegemonia nos anos 40. Contudo, olhar para a história estadunidense nos permite verificar que elementos-chave de seu discurso hoje e, principalmente, desde os Ataques de 11 de Setembro, surgiram há muitos anos e foram se reafirmando e se readaptando ao longo de sua história. Mesmo que o estabelecimento do poder (militar e econômico) dos EUA tenha se dado, de forma efetiva, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os elementos para a construção e manutenção desse poder e para o estabelecimento de uma política externa favorável a seus interesses só se deram baseados na reprodução de uma identidade “americana”¹, identidade essa que tem suas origens ainda na formação dos Estados Unidos como colônia independente.

Logo após sua independência em 1776, os EUA iniciaram um processo de autoafirmação em relação à Europa. Além de precisarem se estabelecer enquanto país e não mais como colônia dependente, as 13 colônias buscaram se diferenciar dos seus antigos colonizadores através da construção de um país que seguisse um outro molde político internamente e que tivesse uma outra postura internacional. Para tanto, os EUA se tornaram independentes e implementaram um sistema republicano que deveria garantir a prosperidade e o sucesso estadunidense internamente. Eles buscaram se constituir como únicos e distintos dos países europeus. Essa necessidade de distinção em relação aos europeus, acrescida de um modelo político diferenciado (a República), deu origem ao sentimento estadunidense de

¹O termo “americano” é apenas utilizado aqui para corroborar com uma das principais características do imaginário dos EUA: a da grandeza. Em todo o resto desse trabalho, usaremos o termo “estadunidense” por acreditarmos que, apesar de muito utilizado nos discursos dos EUA, o termo “americano” diz respeito a qualquer indivíduo nascido em solo americano, que inclui as populações da América do Sul, Central e do Norte; e não apenas os estadunidenses como o termo pode nos fazer crer.

excepcionalidade. Os EUA eram o novo continente e o novo modelo político; nada mais nada menos do que *the beacon* que iria guiar as demais nações daquele momento em diante (PECEQUILO).

Os EUA eram, portanto, o “Experimento”. Lá se encontrava um povo livre, democrático e republicano. Livre não apenas dos colonizadores, mas livre também dos vícios e dos maus-hábitos do “Velho Mundo”. Os estadunidenses haviam nascido superiores, pois não partilhavam dos problemas sociais e políticos vistos na velha Europa. Além da liberdade, os Estados Unidos eram o país exemplarmente democrático. Contudo, essa diferenciação levou a um certo isolacionismo. A paz e a prosperidade domésticas dependiam da capacidade de se isolar do mundo e de não se envolver nos problemas alheios. Além disso, era preciso se afastar de qualquer atitude intervencionista que pudesse ser confundida com as velhas práticas europeias de colonização e exploração. Era preciso crescer, mas enquanto nação e país dentro de seu território, cada vez mais forte e mais independente. Esse isolamento veio acompanhado de uma atitude unilateral, a qual evitava o engajamento estadunidense em ações coletivas e em parcerias internacionais. Entretanto, o isolacionismo estadunidense, por muitas vezes, se contrapôs a um internacionalismo, bem como o unilateralismo se contrapôs a um multilateralismo. Obviamente, os EUA eram diferentes dos europeus, excepcionais e o exemplo a ser seguido. Contudo, os EUA também possuíam interesses e necessidades.

Inicialmente, foi suficiente a propagação dos ideais democráticos através do exemplo, mas, com o tempo, fez-se necessária uma atitude mais firme na expansão desse ideal. Entretanto, mesmo quando a postura estadunidense tornou-se mais impositiva, ela veio acompanhada de um idealismo. Além dos interesses e necessidades dos EUA, havia um certo grau de responsabilidade para com a comunidade internacional. Era preciso buscar a concretização de seus interesses, mas através de um processo nobre e justificável. Dessa forma, o que podemos notar é que havia, já no século XIX, uma dicotomia na política externa estadunidense: se, por um lado, o idealismo era muito forte, por outro, havia uma forte tendência a um realismo. Essa batalha travada entre o idealismo e o realismo, de alguma maneira, foi solucionada através da criação do Destino Manifesto. Tal conceito foi elaborado internamente para justificar o direito e a necessidade de expansão e conquista de outros territórios. Dessa forma, mais do que uma justificativa, surgia uma racionalização da utilização do poder para a busca de interesses. O realismo estadunidense se justificava, portanto, através do idealismo: no conceito de direito divino de expandir não apenas seu território, mas também seus princípios e valores (PECEQUILO, 2005).

A disponibilidade de recursos, a engenhosidade e a iniciativa privada nos EUA fizeram com que esse país se tornasse uma das maiores potências industriais no começo do século XX. Entre 1898 e 1918, os Estados Unidos superaram as nações europeias, construíram um império, se tornaram mais ativos e participativos globalmente. Contudo, ainda não exerciam um poder político mundial proporcional aos recursos de poder que já tinham. Um dos fatores essenciais para a mudança dessa situação foi a concentração do poder do Estado estadunidense na figura do presidente da república. Dessa forma, foi durante a primeira década do século XX que os EUA puderam, através das ações de Theodore Roosevelt (no poder de 1901 a 1909), concretizar e completar a expansão do poder estadunidense. Foi nesse período que os EUA se posicionaram como a maior potência do planeta e se estabeleceram como o modelo para as outras sociedades, declarando seus interesses reais e concretos.

Com a ascensão do presidente Woodrow Wilson ao poder em 1913, há uma reformulação do idealismo estadunidense para se adaptar ao novo padrão hegemônico. Nos EUA, constrói-se, nessa época, a ideia de serem os guardiões do bem-estar do mundo e, também, acentua-se seu lado internacionalista, assumindo uma postura intervencionista, moralista, retórica e centralizada na democracia e na liberdade. O experimento havia dado certo e agora era preciso exportá-lo. Ademais, surge a ideia de ordem global – que será aprofundada durante a Guerra Fria– e de que os EUA seriam os únicos capazes de promover o desenvolvimento dos regimes políticos e econômicos ao redor do mundo. O que podemos perceber é que há a intenção de promover e defender os interesses de uma “civilização coletiva” e que cabia aos EUA pacificar e democratizar o mundo, salvando os povos da barbárie. Especificamente no continente americano, os EUA eram o único país com conhecimento e legitimidade para implementar a ordem, levando as demais nações à prosperidade (PECEQUILO, 2005).

Essa ideia estadunidense de superioridade e de necessidade de tirar os outros povos do estágio de “barbárie” é uma ideia tipicamente etnocêntrica (ROCHA, 1988) e uma posturaneocolonizadora. O grande ímpeto estadunidense de se diferenciar da Europa e de suas práticas acabou por ser substituído por um discurso (e ação) bastante próximo àquele que foi utilizado durante séculos pelo “Velho Mundo”: a visão estadunidense de seu próprio país se construiu tomando seu povo como o centro do mundo e pensando as outras culturas e nações a partir de seus valores de democracia e liberdade. Como resultado, desde o princípio, nos EUA, desenvolveu-se um sentimento de estranhamento, de medo e de hostilidade em relação aos outros povos. Desenvolveram assim, uma tendência a pensar o mundo a partir de suas

concepções e de ter dificuldade de pensar que outras formas políticas, sociais, econômicas e culturais fossem possíveis de existir sem que os povos que as possuísem fossem bárbaros atrasados à espera da salvação e da libertação.

A posição estadunidense se aproximava da ideia de um “evolucionismo social”²: os EUA se constituíram uma nação a partir da colonização europeia, mas acabaram por se tornar uma nação mais livre e democrática do que seus colonizadores. Agora, estabelecidos enquanto nação e com um poder econômico exuberante, era preciso ajudar as outras nações do mundo a também atingirem tal estado de prosperidade e de desenvolvimento. Era preciso libertar e democratizar o planeta, além de tirar os bárbaros da barbárie. Pouco antes de seu estabelecimento definitivo enquanto hegêmona, os EUA retornam a mais um período de isolacionismo. Entre 1921 e 1945, com a saída da Liga das Nações, os EUA buscaram, por mais uma vez, se abster dos problemas mundiais. Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, esse país se estabeleceu como potência e passou ao internacionalismo que viria a caracterizar o período da Guerra Fria.

2.1.2- Da Guerra Fria ao Vácuo de Poder

Com o estabelecimento da Guerra Fria, as ideias de ordem e contenção passam a ser dominantes e começam a determinar a política externa estadunidense. Durante esse período, há uma recuperação das tradições dos EUA (o experimento, a expansão de fronteiras, o império e o wilsonianismo), juntamente com o estabelecimento de novas necessidades e de uma posição de preponderância no Sistema Internacional. A Política externa estadunidense se torna, portanto, sustentada por um conjunto de valores tradicionais e pelos interesses e necessidades que os EUA, agora na posição de potência, passam a ter (PECEQUILO, 2005).

Outra característica da Guerra Fria, e também da política externa estadunidense, foi a bipolaridade que se estabeleceu a partir de 1945. A existência de uma potência opositora ao poderio dos EUA, mais do que um problema, foi uma solução para a continuidade do estranhamento e da oposição a um modelo que não fosse o seu. Como vimos, desde sua independência, os EUA se estabeleceram como diferentes a partir da existência da Europa enquanto padrão político e social. Pode-se dizer que a identidade estadunidense se constituiu a

²“O outro é diferente porque possui diferente grau de evolução. “Evolução (...) é a transformação progressiva no sentido da realização completa de algo latente. É o caminho da manifestação plena do que estava oculto” (pág. 26).“O evolucionismo social(...) passa a ser o novo modelo explicador da diferença entre o “eu” e o “outro”. (...)etnocentrismo agora traduzido na sociedade do “eu” como o estágio mais adiantado e a sociedade do “outro” como o estágio mais atrasado” (pág. 27) (ROCHA, E., 1988).

partir da diferença do “outro” e da existência do “eu”. Essa oposição garantiu a reafirmação (e a construção) de seus valores e de seu imaginário. Aceitar a viabilidade de uma cultura diferente pode ferir nossa própria identidade. Por outro lado, alegar a existência do diferente colabora para a construção dessa identidade e para o aumento da coesão interna (ROCHA, 1988). Dessa forma, o surgimento da URSS como oposição direta foi fundamental para a perpetuação do imaginário estadunidense e de seus valores. Era preciso que os EUA (o bem) existisse para que a URSS (o mal) pudesse ser combatido. E, portanto, era preciso que o mal existisse para os EUA garantissem a manutenção de sua identidade.

A veiculação da imagem do comunismo como o mal a ser combatido permitiu o posicionamento agressivo dos EUA durante os 44 anos de Guerra Fria. Era preciso garantir a existência da imagem da ameaça comunista para que houvesse uma justificativa para a atuação estadunidense. Era sua tarefa combater o inimigo, pois isso garantiria aos EUA ser aquilo que eles (comunistas) não eram. A ordem construída nesse período foi extremamente bem sucedida, pois deu origem à ordem que conhecemos hoje, com seus organismos mundiais e padrões de organização. Contudo, ao mesmo tempo em que o fim da Guerra Fria foi uma solução para os EUA (a derrota do inimigo), foi um problema para a manutenção de seu papel. A queda da URSS levou ao fim da bipolaridade, concentrando o poder mundial nas mãos do EUA; o que, conseqüentemente, pôs fim à doutrina que mais caracterizou o papel dos EUA nesses anos: a da contenção. Com a eliminação do inimigo único também era eliminado o grande papel dos EUA de xerife do mundo e de provedor da ordem mundial (PECEQUILO, 2005).

A partir dessa nova situação, era preciso que o Sistema Internacional fosse reestruturado e que os EUA aprendessem a lidar com sua nova posição. Sua tarefa havia sido cumprida, o que implicaria o fim da missão internacional. Contudo, em seu imaginário, o mundo ainda precisava dos estadunidenses e, para que seu imaginário pudesse continuar a existir, eles também precisavam do mundo. George W. Bush (pai) assumiu a presidência exatamente na transição entre a Guerra Fria e o período pós-Guerra Fria. Ele ficou conhecido como o “presidente da política externa”, pois deu grande prioridade aos assuntos internacionais, deixando os assuntos internos em segundo plano. Clinton veio a se eleger em 1993 e se consagrou como o presidente responsável pela consolidação da hegemonia dos EUA para o século XXI. Na verdade, Clinton buscou dar prioridade às questões domésticas e adequar sua política externa às demandas internas. Esse posicionamento acabou por dar origem a um equilíbrio entre os assuntos internos e externos.

Na década de 90, os EUA buscaram substituir a doutrina de contenção por uma doutrina de expansão (mais uma vez retomando seu passado), em que sua tarefa era ampliar o número de democracias de mercado ao redor do mundo. Contudo, segundo Pecequilo (2005), Clinton não foi capaz, em seu primeiro mandato, de criar uma nova estratégia para a inserção estadunidense no mundo a partir do vácuo que surgiu com o fim da bipolaridade. Em seu segundo mandato, contudo, apesar da manutenção de certos problemas e da prioridade dada às questões internas, houve uma grande mudança nos rumos da política externa de Clinton. No final da década de 90, a atuação dos EUA se tornou bem mais participativa no cenário mundial, e houve o aprofundamento do unilateralismo. Apesar de se tornar mais atuante, os EUA não conseguiram desenvolver uma política efetiva para o estabelecimento de sua liderança e para evitar futuras contestações por parte dos outros países. Mesmo com os escândalos ocorridos durante seu governo, Clinton não perdeu o apoio da população, que considerava que suas questões eram de cunho pessoal e não interferiam nas ações políticas do presidente. Em seu governo, os Estados Unidos passaram de hegemonia a liderança de um mundo que estava se estruturando depois da queda do muro de Berlim (PECEQUILO, 2005).

A eleição de George W. Bush filho, em 2000, levou ao poder os neoconservadores (responsáveis pelo aumento de gastos com defesa, pela militarização da ação internacional e por um discurso religioso), restantes da Era Reagan. Segundo esses, o momento era propício para o expansionismo estadunidense e para a reformulação de seu internacionalismo. Para que isso ocorresse, faltava apenas que ascendesse ao poder um governo capaz de expandir a atuação dos EUA e de buscar novos espaços de atuação. Bush venceu seu opositor utilizando um discurso através do qual prometia “recuperar a moral da América” e no qual ressaltava a “importância da religião e do nacionalismo” (PECEQUILO, 2005, p. 363). Em sua política internacional, Bush pregava um “Internacionalismo Diferenciado”, através do qual ele iria resgatar a posição hegemônica dos EUA. O presidente demonstrou uma preocupação com a desmilitarização dos EUA, que estaria ficando para trás enquanto os inimigos se preparavam. A preocupação agora já não era com as grandes potências no sistema mundial, mas sim com os pequenos países e grupos assimétricos que eram hostis, não-democráticos e que colaboravam com o terrorismo. Para se proteger de tais ameaças, segundo o que afirmava Bush, era preciso aumentar o poderio militar estadunidense, tornando seu exército mais ativo e bem preparado. Faziam-se necessárias novas medidas para lidar com um novo tipo de ameaça, uma ameaça assimétrica que não podia ser tratada e coibida através dos velhos mecanismos utilizados nas questões entre Estados (PECEQUILO, 2005).

A eleição de Bush foi bastante controversa e motivo de protestos. Sua vitória só foi possível graças ao mecanismo de votação existente nos EUA e, dizem os democratas, às fraudes na contagem dos votos. Se forem levados em consideração apenas os votos diretos, o candidato da oposição, Al Gore, venceu George Bush por uma pequena margem. Esse resultado permitiu a ascensão de Bush à presidência dos EUA, mas em um contexto bastante conturbado e com uma população bem dividida em sua opinião. Bush assumiu em janeiro de 2001 com uma baixa aceitação por parte da população. Logo no início de seu governo, houve uma mudança na política externa do país: foi dada prioridade aos assuntos militares e à segurança dos EUA, além do apoio dado a programas religiosos. Já no início do mandato de Bush filho, foram estabelecidas as diretrizes que mais tarde, com o advento do 11 de setembro, viriam a caracterizar a política externa estadunidense no século XXI e a “Guerra ao Terror”.

2.2- A “Ameça” Terrorista

2.2.1- O Terrorismo

“Terrorismo, por essência, é um ato de intimidação que visa obrigar; se trata de atos ou de ameaças de violência premeditada com o objetivo de suscitar um medo tal nos que são o alvo que esses últimos serão obrigados a modificar suas atitudes para satisfazer os terroristas” (WIKINSON, 1993)³.

“Terrorism is understood (...) as the systematic use of coercive intimidation against civilians for political goals. ‘Terrorists’ are those who employ the methods of terrorism” (JUST; KERN; NORRIS, 2003, pág. 6).

Ações terroristas se caracterizam pela utilização de determinadas técnicas, com alvos determinados e objetivos políticos. Os atos terroristas se baseiam na intimidação coerciva sistemática através do uso da violência, que pode atingir pessoas ou destruir propriedades que sirvam, de alguma forma, ao controle político. Tais ações buscam uma alternativa às formas “legítimas” de expressão política e buscam interferir no *status quo*. O alvo principal das ações terroristas é a população civil, o que as distinguiria das ações tomadas em tempo de guerra, as

³<<Le terrorisme, par essence, est un acte d’intimidation visant à contraindre; Il s’agit d’actes ou de menaces de violence prémedités dans le but de susciter une peur telle chez ceux qui sont lacible qu’ils soient obligés de modifier leur attitude pour satisfaire les terroristes>> (WIKINSON, Paul). Tradução da autora.

quais buscam atingir alvos militares. Os objetivos dos terroristas são de cunho político e podem ser sentidos em várias esferas da vida de uma população: o medo e a ansiedade causados nos civis; a destruição de símbolos; crises econômicas e financeiras; e, principalmente, o enfraquecimento da autoridade oponente (JUST, KERN e NORRIS, 2003).

A destruição e a violência causam choque na população agredida e na comunidade internacional, provocando medo e uma sensação de maior insegurança. Para garantir tal repercussão, é preciso, contudo, que os atos terroristas sejam de amplo conhecimento público, ou seja, divulgados pela mídia. O que não significa que a mídia seja essencial para os terroristas, mas, sim, que é ela (juntamente com o governo) a responsável pela propagação da informação e pelo impacto que tal ato terá (ou não) na população civil. Os atentados terroristas são causados pelos terroristas, mas sua repercussão posterior é papel fundamentalmente da mídia e do governo.

As definições de terrorismo são muitas e são utilizadas a todo momento para caracterizar ações de violência com objetivos notadamente políticos. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo que se costume relacionar atos terroristas à imagem de grupos radicais e, em geral, mulçumanos, a partir das definições existentes, pode-se classificar tanto grupos insurgentes quanto Estados como terrorista, desde que eles realizem ações que possam ser enquadradas como uma intimidação coerciva que tenha fins políticos. Destacamos isso por sabermos que a ideia veiculada pelos governos de diversos Estados (notadamente os EUA) é a de que os únicos atores responsáveis por ações terroristas são grupos insurgentes e/ou minorias.

Dessa forma, é importante deixar claro que, mesmo que nessa análise seja utilizada a lógica de terrorismo de “baixo para cima”, apresentada pelo governo dos EUA, considera-se que atos terroristas também podem ser (e são, como veremos em seguida) realizados por Estados. Existem, portanto, duas formas de terrorismo: a de grupo e a de Estado. A primeira, como foi mencionado, é considerada uma ação “de baixo pra cima”, sendo realizada por insurgentes radicais e/ou minorias dissidentes contra um ou mais Estados. A origem de sua oposição pode ser, entre outras, econômica, ambiental ou religiosa. A segunda forma tem como protagonista os governos que, assim como os grupos radicais, têm como alvo a população civil, esteja ela em seu próprio território ou em outro. As ações governamentais podem ser diretas ou indiretas. Essas últimas se dão através do fornecimento de dinheiro, armamentos ou outros recursos para grupos ou mesmo para outros Estados terroristas. O terrorismo de Estado é classificado como “de cima para baixo” e busca garantir a manutenção

do controle das autoridades políticas de um determinado país (JUST, KERN e NORRIS, 2003).

Apesar de ter ganhado grande repercussão na mídia em todo o mundo a partir de 2001, é importante ressaltar que o terrorismo (seja ele de Estado ou de grupo) não é um fenômeno, de forma alguma, recente. Além disso, apesar de as inúmeras notícias a respeito do assunto indicarem o contrário, a quantidade de incidentes de terrorismo no mundo diminuiu consideravelmente nos 30 anos que precederam os ataques às torres gêmeas. Nos anos 70 o número de atos terroristas aumentou vertiginosamente, atingindo seu ápice ao longo dos anos 80. No estudo *Patterns of Global Terrorism 2001*, realizado pelo departamento de Estado dos EUA, pôde-se ver que, ao longo dos anos 1970, houve 437 incidentes terroristas por ano. Esse número subiu para 535 ao longo dos anos 1980 e caiu para 383 na década seguinte. É importante destacar ainda, que, em 2001 (ano dos ataques terroristas às torres do *World Trade Center*), o número de incidentes foi o menor dos 30 anos anteriores: 348. Segundo o FBI, o número de casos de terrorismo doméstico também caiu vertiginosamente no mesmo período (JUST, KERN e NORRIS, 2003).

Além de a instabilidade internacional ter diminuído durante esses anos, não podemos esquecer que os Estados Unidos são um dos países que mais colabora e colaborou com o terrorismo mundial. Suas ações são efetuadas em todo o mundo e sua prática de terrorismo de Estado foi principalmente sentida durante os anos 80, justamente quando houve o ápice do número de incidentes terroristas. A América Central, por exemplo, foi uma das regiões que mais sofreu com a intervenção estadunidense e a Nicarágua foi um dos países mais destruídos. Por falta de pessoal para se estabelecer no território nicaraguense e promover o terrorismo assim como faziam em outros lugares, os EUA tiveram de atacar a Nicarágua, matando dezenas de milhares de pessoas e destruindo o país. Para se proteger, o governo nicaraguense recorreu ao Tribunal de Justiça Internacional. Os EUA foram condenados, mas ignoraram a decisão e atacaram ainda mais intensamente o país, agora atingindo os chamados “alvos desprotegidos”. Os ataques só tiveram fim em 1990, quando o candidato dos EUA chegou ao poder da Nicarágua (CHOMSKY, 2003).

Também ao longo dos anos 80, vários ataques terroristas foram realizados com o apoio e a colaboração estadunidense. Apenas em 1985, houve três “incidentes”. O primeiro deles foi um carro-bomba que foi estacionado do lado de fora de uma mesquita e que estava programado para explodir quando os fiéis saíssem dela. Oitenta pessoas morreram e 250 ficaram feridas. O segundo foi um bombardeio a Túnis realizado por Israel que deixou cerca de 75 civis despedaçados. O bombardeio teve pleno envolvimento dos EUA e a ação

israelense foi parabenizada pelo então secretário de Estado George Shultz. Na votação de condenação de Israel pelo Conselho de Segurança da ONU, os EUA se abstiveram de votar. O terceiro “incidente” daquele mesmo ano foi a chamada “Operação Punho de Ferro”, realizado no sul do Líbano. O objetivo da ação era atacar os “aldeãos terroristas”, mas diversas pessoas inocentes morreram e foram torturadas. Infelizmente, o número de mortos e feridos ainda é desconhecido (CHOMSKY, 2003).

Essas são apenas algumas das inúmeras ações realizadas com a colaboração direta ou indireta do governo estadunidense. Caso continuássemos, a lista seria enorme. Contudo, o que se deve notar, mais do que os diferentes atos de terrorismo postos em prática pelos EUA, é o discurso que os acompanha. Não são secretas as operações estadunidenses, nem são escondidos os danos por elas causados (mesmo que sua gravidade seja, por vezes, mascarada). O que justifica e garante, em grande medida, que tais ações não sejam enquadradas, pelo menos oficialmente, como terrorismo de Estado é o discurso estadunidense. O que os “outros” fazem é terrorismo, imperdoável e duramente condenado. O que fazem os estadunidenses é anti-terrorismo, é guerra preventiva, é guerra justa (CHOMSKY, 2003).

2.2.2- O 11 de setembro de 2001 e a Guerra ao Terrorismo

*“Every nation, in every region, now has a decision to make.
Either you are with us, or you are with the terrorists”⁴.*

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, às 8h45min, um Boeing da *American Airlines* colidiu com uma das torres do *World Trade Center*, em pleno centro financeiro de Nova York. O incidente foi imediatamente transmitido nas principais redes dos Estados Unidos e de todo o mundo. Dezoito minutos depois, o incidente, que parecia ser apenas um triste acidente, se transformou em clara ameaça: os Estados Unidos estavam sendo atacados; outro avião se chocara com a segunda torre gêmea. O ocorrido tomou proporções inimagináveis e o centro de Nova York se tornou palco de verdadeira tragédia. Enquanto os prédios pegavam fogo, centenas de pessoas se jogaram dos andares em claro desespero. Outras tantas morreram devido às explosões ou à inalação de fumaça. Vários bombeiros e policiais também morreram ao tentar salvar as pessoas que trabalhavam nos prédios.

⁴Discurso feito pelo presidente George W. Bush em virtude dos ataques ocorridos no dia 11 de Setembro de 2001.

Às 9h45min da manhã, mais um ataque: um avião havia se chocado com o prédio do Pentágono, símbolo militar dos EUA. Menos de 15 minutos depois, a situação que era caótica se tornou ainda pior: a Torre Gêmea sul simplesmente implodiu diante dos olhos de milhões de espectadores. O centro de Nova York foi coberto por uma gigantesca nuvem de fumaça e pó, a qual só veio a crescer quando a segunda Torre Gêmea também desabou cerca de meia hora depois. Em menos de duas horas, o *World Trade Center*, que representavam o poder econômico americano, havia simplesmente desaparecido; o principal símbolo do poder militar americano havia sido atingido; e o território e a segurança americanos haviam sido violados. Três mil pessoas morreram, muitas outras ficaram feridas e uma nação inteira ficou em choque.

Ao longo do dia 11, as coberturas dos ataques foram inúmeras. Foi divulgado pela mídia estadunidense que quatro aviões haviam sido roubados e desviados de seu curso original por terroristas. Dois deles se chocaram contra as Torres Gêmeas, o terceiro colidiu com o Pentágono e o quarto, devido às notícias dos atentados, acabou caindo em território na Pensilvânia quando alguns passageiros tentaram lutar contra os terroristas. Além dessas informações, a mídia veiculou informações sobre os prováveis responsáveis pelo atentado. Segundo o que foi divulgado, foram 19 terroristas islâmicos, pertencentes à Al Qaeda e liderados por Osama Bin Laden, que colocaram em prática o ataque (HISTORY).

No mesmo dia, por volta das 21h, o presidente dos Estados Unidos dirigiu a palavra à nação. Em seu curto discurso, George W. Bush deixou clara a posição de seu governo em relação aos ataques: não haveria perdão, nem se faria distinção entre os terroristas que perpetraram o ataque e aqueles que os abrigassem. Por mais de uma vez, o presidente mencionou a força do povo americano, que, ao contrário do que esperavam os terroristas, não teria medo diante do ocorrido. Pelo contrário, teria a mesma força de sempre para enfrentar as adversidades. Mencionou ainda que, logo após o primeiro ataque, ele (Bush) já havia implementado os planos de resposta a emergências. E que havia tido todo o apoio do Congresso estadunidense nessa nova empreitada. Segundo o que disse o presidente, os EUA estavam, a partir daquele dia, em guerra. Na Guerra contra o Terrorismo (BUSH, George).

No dia 14 de setembro, George Bush, mais uma vez, se direcionou à nação estadunidense em seu discurso “*National Day of Prayer and Remembrance Service*”. Nesse discurso, dirigiu a palavra àqueles que perderam entes queridos e falou daqueles que foram vítimas dos atentados. Em todos os momentos, o presidente mencionou a dor e o sofrimento da população, mas intercalou as palavras de apoio com palavras de ódio e vingança. Além disso, Bush mencionou que a causa dos ataques teriam sido o fato de os Estados Unidos serem

o berço da democracia e da liberdade; e que os estadunidenses se mostraram um povo generoso e gentil e demonstraram *“thewarmcourageofnationalunity”*. E que essa unidade lutaria contra a ameaça terrorista (BUSH, George).

Ainda que a “Guerra ao Terrorismo” tenha sido oficialmente lançada no governo George Bush em virtude dos ataques de 11 de Setembro, suas bases discursivas já haviam sido veiculadas quase vinte anos antes pelo então presidente Ronald Reagan e por seu Secretário de Estado George P. Schultz (CHOMSKY, 2003). Já em 1984, em seu discurso *“Terrorism and the Modern World”*, Schultz deixou claro qual era a posição do governo americano em relação ao terrorismo e sua preocupação com o apoio do povo americano:

We can expect more terrorism directed at our strategic interests around the world in the years ahead. To combat it we must be willing to use military force. (...)What will be required, however, is public understanding before the fact of the risks involved in combating terrorism with overt power. (...)The public must understand before the fact that there is potential for loss of life of some of our fighting men and the loss of life of some innocent people. (...)The public must understand before the fact that occasions will come when their government must act before each and every fact is known - and that decisions cannot be tied to the opinion polls. (...)**Public support** (destaque da autora) for U.S. military actions to stop terrorists before they commit some hideous act or in retaliation for an attack on our people is crucial if we are to deal with this challenge. (...)Our military has the capability and the techniques to use power to fight the war against terrorism. This capability will be used judiciously. To be successful over the long term, it will require solid support from the American people. (...)If we are going to respond or preempt effectively, our policies will have to have an element of unpredictability and surprise. And the prerequisite for such a policy must be a broad **public consensus** (destaque da autora) on the moral and strategic necessity of action. (...)As we fight this battle against terrorism, we must always keep in mind the values and way of life we are trying to protect (SCHULTZ, George)⁵.

Como se pode notar, mesmo que não se possa dizer que a “Guerra ao Terror” tenha sido declarada oficialmente durante o governo de Ronald Reagan, já havia claros sinais da política de segurança que mais tarde seria oficializada e aprofundada por Bush filho. A política antiterrorista apresentada no governo de Reagan era, talvez, apenas retórica, pois a luta era contra o terrorismo enquanto ideia, mais do que um combate de fato das ações terroristas. Contudo, devido aos ataques ocorridos ao longo dos anos 80, Reagan teve de recorrer a uma política mais efetiva que demonstrasse um verdadeiro combate ao terrorismo.

⁵Trechos de discurso de George Schultz publicados no New York Times.
<http://www.nytimes.com/1984/10/26/world/excerpt-s-from-shultz-s-address-on-international-terrorism.html?pagewanted=1>

Dois fatores foram relevantes para o desenvolvimento da Guerra ao Terrorismo de Reagan: o aumento no número de vítimas estadunidenses e o uso de força militar no combate ao terrorismo (TOALDO, 2012).

A preocupação com o terrorismo surgiu ao longo do governo de Reagan devido ao aumento considerável do número de estadunidenses vítimas de ataques terroristas. O secretário de Estado Schultz chamou a atenção para uma possível guerra assimétrica que surgia naquele momento, que traria uma nova forma de desafio aos EUA. Em 1984 foi aprovada a “*National Security Decision Directive 138*”, a qual transformava a política estadunidense em uma defesa mais ativa do que passiva. Schultz foi o primeiro defensor da uma guerra preventiva. Surgiu, também nessa época, a ideia de governos apoiadores de grupos terroristas. O governo desse período sugeria que o terrorismo seria uma nova arma utilizada pelos velhos inimigos (leiam-se, os soviéticos).

Contudo, é importante lembrar que mesmo que muitas das ideias que mais tarde foram utilizadas por George Bush na “Guerra ao Terror” tenham surgido no governo de Reagan, nunca houve (no governo desse último) uma sobreposição da Guerra ao Terror em relação a todos os outros assuntos internacionais como viria a acontecer no pós-11 de setembro. As ideias desenvolvidas por Reagan estavam muito atreladas ao contexto da Guerra Fria e a um mundo bipolar. Mas é interessante notar que a reutilização dessas ideias anos mais tarde pode indicar a continuidade, em alguma medida, no governo de Bush, da mentalidade desenvolvida durante a Guerra Fria (TOALDO, 2012).

2.3- Os Novos Inimigos?

2.3.1-A Al Qaeda, Osama Bin Laden e o Afeganistão

Nos dias que seguiram aos ataques de 11 de setembro, houve uma grande preocupação tanto por parte da população quanto por parte do governo estadunidense de encontrar os responsáveis pelas atrocidades que tinham acabado de ocorrer. Pouco mais de uma semana depois, no dia 20 de setembro, em seu discurso, o presidente Bush disse haver fortes indícios de que os responsáveis pelos atentados fossem integrantes do grupo terrorista *Al Qaeda*. Segundo o presidente, provas tinham sido encontradas e esse grupo já tinha precedentes, pois fora o autor dos atentados realizados contra as embaixadas estadunidenses na Tanzânia e no Quênia alguns anos antes. Nesse mesmo discurso, Bush menciona a ligação existente entre a *Al Qaeda* e o Afeganistão. Segundo ele, a *Al Qaeda* teria grande influência em como os

assuntos são conduzidos em território afegão e a organização seria apoiadora do regime talibã, com o qual o governo dos EUA não compactuava em função das atrocidades cometidas contra a população afegã. (BUSH, 20 de setembro de 2001).

Bush afirmou que “no Afeganistão, vemos a visão da Al Qaeda para o mundo” (20 de setembro de 2001). Por essa razão, fez diversas exigências ao regime talibã. Entre elas, estavam o fim da proteção dada a terroristas da Al Qaeda, o acesso dos EUA a supostos campos de formação de terroristas em território afegão, a liberação de cidadãos estadunidenses que tivessem sido injustamente aprisionados e a entrega de todos os líderes da Al Qaeda que estivessem escondidos no Afeganistão (BUSH, 20 de setembro de 2001). Com tais exigências, o governo estadunidense deixou claro sua posição de perseguição tanto a grupos terroristas como a quaisquer entidades e, principalmente, a países que abrigassem grupos terroristas. É importante lembrar, contudo, que, mesmo que a atenção internacional (e dos EUA) tenha se voltado para o Afeganistão devido à responsabilidade que foi atribuída à Al Qaeda nos ataques de 11 de setembro, a presença internacional e estadunidense no território afegão, bem como sua preocupação com os rumos no país, já existiam.

Depois de um longo período de presença soviética no Afeganistão, iniciou-se, a partir de 1989, a retirada da URSS desse território. Em 1992, com a queda do então presidente Mohammad Najibullah, houve o estabelecimento do Estado Islâmico do Afeganistão com a entrada dos grupos Mujahidee no poder. O primeiro presidente foi Sibghatullah Mojadeddi, o qual viria a ser substituído, por um sistema de rotação, por Rabbani. O domínio do território afegão por parte das facções Mujahidee não era, contudo, total. Iniciou-se uma guerra civil que persistiu até 1996 e causou inúmeros danos à população local. As violações de direitos humanos realizadas foram inúmeras. Em 1994, o Talibã⁶, movimento Pashtun situado em Kandahar, surgiu como uma força político-religiosa no país e se apresentou como oposição ao governador local. O então Secretário de Defesa, Ashmad Shah Massoud, tentou estabelecer um processo de unificação e estabilização da nação através de uma aliança com o grupo Talibã. Este não aceitou a proposta e seguiu buscando o domínio do território afegão. Para tanto, em 1995, bombardeou Cabul, onde foi derrotado pela forças de Massoud. Depois de

⁶“In 1993-1994, Afghan Islamic clerics and students, mostly of rural, Pashtun origin, formed the Taliban movement. Many were former *mujahedin* who had become disillusioned with conflict among *mujahedin* parties and had moved into Pakistan to study in Islamic seminaries (“madrassas”) mainly of the “Deobandi” school of Islam.⁴ Some say this interpretation of Islam is similar to the “Wahhabism” that is practiced in Saudi Arabia. Taliban practices were also consonant with conservative Pashtun tribal traditions. The Taliban’s leader, Mullah Muhammad Umar, had been a fighter in Khalis’s Hezb-i-Islam party during the anti-Soviet war—Khalis’ party was generally considered moderate Islamist during the anti-Soviet war, but Khalis and his faction turned against the United States in the mid-1990s” (KATZMAN, 2013).

diversas derrotas, o Talibã finalmente tomou Cabul em 27 de setembro de 1996, estabelecendo o Emirado Islâmico do Afeganistão (JACKSON,2009).

O Talibã ascendeu ao poder sob o comando de Mullah Muhammad Umar e estabeleceu um regime bastante duro, onde a liberdade da população foi reduzida, seus direitos, violados e suas necessidades básicas, gravemente prejudicadas. Os líderes da Al Qaeda se mudaram do Sudão para o Afeganistão, evidenciando a ligação existente entre a Al Qaeda e o Talibã (KATZMAN, 2012).Devido às péssimas condições estabelecidas e à forte repressão, rapidamente, o regime perdeu o apoio da população e foi condenado internacionalmente. Para se contrapor ao poder do novo governo, Massoud, juntamente com Abdul Rashid Dostum, criou a Aliança do Norte. Esse grupo recebeu apoio de países tais como o Irã e a Rússia e foi responsável pelo bombardeio de alvos civis em territórios controlados pelo Talibã. A situação de conflito continuou até 2001, quando ocorreram os atentados de 11 de setembro. À época, o regime talibã dominava aproximadamente 80% do território afegão (JACKSON, 2009).

Ao longo do governo do Talibã, o presidente Clinton tomou diversas medidas para que fossem reduzidas as atrocidades cometidas em território afegão. Os EUA negaram-se a reconhecer o regime como legítimo e fecharam a embaixada estadunidense em 1997. Tanto os Estados Unidos quanto a ONU buscaram defender o direito das mulheres no Afeganistão, sem, contudo, obter muitos resultados. Além disso, a perceptível relação entre o governo do Afeganistão e o grupo Al Qaeda os incomodava particularmente. Já havia sido solicitada a entrega dos líderes da Al Qaeda sem sucesso. O bombardeio realizado pela Al Qaeda às embaixadas estadunidenses foi uma afronta ao governo de Clinton e levou os EUA a bombardearem um campo de treinamento do grupo, sem, entretanto, atingir Osama Bin Laden, o principal líder do movimento. Em 2001, nos meses que antecederam os ataques à torres gêmeas, George Bush buscou aumentar a pressão política e econômica sobre o Afeganistão e estabelecer acordos com o governo paquistanês para que este diminuísse o apoio dado ao Talibã contra a Aliança do Norte, sem, contudo, recorrer ao uso de ataque militar (KATZMAN, 2012).

O governo talibã já se apresentara como um problema para os EUA alguns anos antes do 11 de setembro e antes mesmo que a Al Qaeda realizasse qualquer tipo de ataque aos EUA. Por diversas vezes, o governo estadunidense havia tentado intervir nos assuntos internos do Afeganistão e nos rumos que sua política tomava. Contudo, faltava ainda razão suficiente para justificar uma política mais efusiva e uma possível invasão ao Afeganistão. O

11 de setembro garantiu a justificativa que faltava: a “América havia sido atacada” e os responsáveis estavam sob proteção do governo afegão.

2.3.2- O Iraque de Saddam Hussein

Assim como no caso do Afeganistão, a relação entre os EUA e o Iraque de Saddam Hussein fora estabelecida vários anos antes de 11 de setembro de 2001. O presidente Saddam Hussein, que viria a se tornar um dos principais inimigos dos EUA, assumiu o poder em 1979 (KATZMAN, 2004), e já em 1980, atacou o Irã que, apesar de menos preparado, acabou revidando com bastante força. Houve uma grande participação popular no Irã e sua resposta foi encarada como uma revolução antiimperialista. Por essa razão, o Iraque acabou recebendo apoio do ocidente (VISENTINI, 2012). É importante lembrar que os EUA, o país que mais tarde viria a se tornar um dos mais críticos das atrocidades cometidas pelo líder iraquiano, foi também um de seus maiores apoiadores nos anos 1980, contribuindo muito para que Hussein viesse a se tornar o que se tornou (CHOMSKY, 2003).

A guerra Irã-Iraque se estendeu por mais de oito anos devido aos interesses de diversas nações em apoiar a guerra através da venda de armamentos, mas também em função das manobras políticas das petromonarquias, dos interesses de Israel em prejudicar o Iraque, das próprias necessidades dos dois combatentes de legitimação e fortalecimento internos, bem como das rivalidades já existentes entre árabes e persas. Contudo, com o fim da década de 80 e com o fim da Guerra Fria, Mikhail Gorbachev, então Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, passou a buscar a resolução de conflitos regionais e o seu desarmamento, o que fez com que a região não mais fosse arena da competição das duas superpotências. A situação econômica do Iraque e do Irã no pós-guerra (o cessar-fogo fora assinado em 1988) se tornou bastante complicada, pois os países que antes eram responsáveis por alimentar a guerra já não tinham interesse nas duas nações. O Iraque saiu bastante debilitado da guerra e passou a sofrer com uma crise interna profunda (VISENTINI, 2012).

Em 1990, por haver litígios fronteiriços e outros problemas relativos à possível cobrança da dívida contraída pelo Iraque com o Kuwait durante a primeira Guerra do Golfo, Bagdá invade o Kuwait. O Iraque acaba por admitir que a razão da invasão era a busca pela reintegração do Kuwait ao seu território. Tal ação teve grande repercussão e foi duramente condenada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois abria o precedente para futuras anexações de pequenos países ao território de grandes países (VISENTINI, 2012).

Seis meses depois do começo da guerra, em 16 de janeiro de 1991, os EUA invadiram duramente o Iraque, na chamada “Operação Tempestade no Deserto”. Com essa operação, os Estados Unidos buscaram tirar Saddam Hussein do poder e, para tanto, solicitaram o apoio da população iraquiana. A iminente derrota do regime de Hussein e a possibilidade do apoio estadunidense motivaram os grupos opositoristas ao líder iraquiano à rebeldia. Em março de 1991, os xiitas, que haviam se rebelado, foram derrotados pela Guarda Republicana de Hussein. A responsabilidade da derrota foi dada aos EUA devido à sua falta de envolvimento na rebelião. Depois dessa acusação, os EUA se comprometeram a organizar um golpe de Estado para retirar Saddam do poder. Os Curdos, por sua vez, graças ao espaço “sem voo” dos EUA, puderam retirar, em boa medida, as tropas iraquianas do norte do país, ganhando assim certa autonomia (KATZMAN, 2004).

Em julho de 1992, os Estado Unidos realizaram um golpe de Estado no Iraque que não teve sucesso. Seu fracasso levou Washington a repensar sua estratégia em relação ao Iraque, passando a considerar que uma política de apoio a grupos rebeldes e opositoristas ao governo iraquiano seria mais eficiente do que uma tentativa de golpe. Os grupos opositoristas no país começaram a formar uma coalizão que passou a receber apoio internacional e que se tornou um excelente meio para que os EUA pudessem combater o regime de Hussein. Ao longo dos anos 90, foram diversas as tentativas e as alianças de enfraquecer e derrubar o governo de Saddam Hussein. Contudo, eram muitas as facções rivais e os interesses para que os EUA conseguissem coordenar a oposição a Saddam Hussein. Durante o governo de Clinton, ficou clara a dificuldade de conduzir satisfatoriamente o processo (KATZMAN, 2004).

Em 1997 e 1998, o impedimento da inspeção da ONU às Armas de Destruição em Massa no Iraque aumentou o desejo estadunidense de dar fim ao regime iraquiano. Por essa razão, os Estados Unidos passaram a investir vários milhões de dólares na propaganda negativa do regime iraquiano. Entre os destinos do investimento estavam rádios, programas de coesão das facções opositoristas e de divulgação das violações das resoluções da ONU; além da tradução de documentos que descreviam os crimes de guerra iraquianos. Ainda em 1998, foi criado o ILA, Ato de Liberação do Iraque. Através dele, o congresso demonstrava seu apoio à mudança de regime no Iraque. Foi nesse momento que tal mudança passou a fazer parte da política estadunidense para o Iraque. O governo passou a ter um fundo de defesa e de serviços a serem utilizados para a concretização de tal objetivo. A assinatura do ILA também permitiu a criação da operação “Desert Fox”, na qual instalações suspeitas de conterem Armas de Destruição de Massa foram bombardeadas (KATZMAN, 2004).

A política de Bush em relação ao Iraque seguiu a mesma linha de seu antecessor, apenas com algumas novas políticas de reforço às sanções já estabelecidas ao Iraque. Contudo, tudo mudou a partir dos ataques de 11 de setembro. As sanções, que eram apenas econômicas e políticas, passaram a planos de ação militar. O combate ao Iraque e sua consequente mudança de regime surgiram como uma continuação à Guerra ao Terror que viria a ser iniciada com a invasão do Afeganistão em Outubro de 2001 (KATZMAN, 2004). A única questão que surgia, entretanto, era que, diferentemente do caso afegão, o Iraque não possuía nenhuma ligação direta com os ataques ocorridos. Por essa razão, seria mais difícil obter a aprovação da opinião pública para qualquer ação militar que usasse como justificativa os atentados terroristas. O governo estadunidense buscou, então, resolver essa questão através da construção de uma relação entre o Iraque de Saddam Hussein e a Al Qaeda, como veremos adiante.

3- A DIFUSÃO DO 11 DE SETEMBRO

3.1- A mudança na popularidade de Bush e o aumento do poder

Como vimos, ao longo da história estadunidense, a figura do presidente foi (e ainda é) muito importante para a coesão interna e para a concretização das políticas estadunidenses, sejam elas internas ou externas. No começo do século XX, foi a concentração do poder nas mãos do presidente Theodore Roosevelt que permitiu a concretização do expansionismo estadunidense e, em grande medida, de seu estabelecimento como grande potência. Com o fim da Guerra Fria, tornou-se necessária a participação efetiva do presidente da república na construção da nova ordem mundial. Depois dos governos de Bush pai e de Clinton, que tentaram, sem grande sucesso, estabelecer uma nova estratégia de inserção para os EUA, ascendeu à presidência da república, em janeiro de 2001, George Bush. Contudo, devido aos escândalos ocorridos durante o governo Clinton e à sua vitória apertada, a popularidade de Bush filho estava bastante prejudicada. Desde o começo de seu governo sua aceitação pela população estadunidense foi baixa, o que restringia sua ação enquanto presidente.

Nos dias que antecederam os ataques de 11 de setembro, segundo pesquisas feitas pelo *Gallup* e pela *CNN*, quando a população foi consultada a respeito do trabalho de Bush como presidente, e da forma como ele estava lidando com o terrorismo, apenas 51% dos entrevistados o aprovavam e 39% o desaprovavam. Uma mesma pesquisa, conduzida nos dias 14 e 15 de setembro, mostrou que a aprovação de suas ações como presidente e de seu

trabalho com o terrorismo tinha subido para incríveis 86%! Nos dias 21 e 22 de setembro, o resultado foi ainda mais elevado, chegando a 90% de aprovação. A tendência, a partir de então, foi de queda gradual de sua aprovação. Contudo, ela só voltou aos patamares de antes dos ataques dois anos mais tarde, entre os dias 8 e 10 de setembro de 2003 (AEI, 2009-1).

Em outra pesquisa realizada pela *CBS News* e pelo *NYT*, fazendo o mesmo questionamento, entre os dias 28 e 31 de agosto de 2001, a aprovação de Bush era de apenas 50%. Por outro lado, segundo pesquisa feita pela *CBS News* nos dias 11 e 12 de setembro, essa aprovação já havia subido para 72% contra apenas 15% de reprovação. Essa aprovação chegou a seu ápice de 90% no dia 8 de outubro, apenas um dia depois do primeiro ataque ao Afeganistão. Da mesma forma que na outra pesquisa, a aprovação de Bush seguiu alta por um longo período com tendência de queda gradual, voltando aos patamares de agosto de 2001 apenas em setembro de 2003 (AEI, 2009-1).

Quanto foi feita a seguinte pergunta: “Você aprova ou desaprova a maneira como Bush está lidando com as questões internacionais?”, em Julho de 2001, a aprovação do presidente era de apenas 55%. A partir do mesmo questionamento, o presidente teve, em Outubro de 2001, 81% de aprovação. Esse valor só voltou ao patamar de Julho de 2001 em Janeiro de 2003. Quando a população foi perguntada a respeito do trabalho do congresso, em Agosto de 2001, esse possuía apenas 50% de aprovação, a qual caiu para 42% nos dias que antecederam o 11 de setembro. Como ocorrido com o presidente Bush, essa aprovação subiu para 84% em outubro de 2001. Contudo, a durabilidade da aprovação do trabalho do congresso pela população não foi tão extensa quanto a do presidente, voltando ao valor de aprovação de Agosto de 2001 já em Outubro de 2002 (*Gallup, CNN e USA Today*, Apud AEI, 2009 - 1).

Em uma pesquisa conduzida pela *Harris Interactive*, foi perguntado à população se ela achava que a reação de George Bush aos ataques havia sido “Forte demais”, “Não suficientemente forte” ou “Apropriada”. No dia 13 de setembro, apenas dois dias depois dos ataques, 71% achavam que sua reação havia sido “Apropriada”, 23% acreditavam que ela havia sido “Insuficientemente forte” e apenas 3% acreditavam que ela havia sido “Forte demais”. No dia 27 do mesmo mês, o número de respostas “Apropriada” havia subido para 74%, o de “Insuficientemente forte” caiu para 17% e o de “Forte demais” subiu 2 pontos percentuais. Em 12 de outubro de 2001, a resposta “Apropriada” subira ainda mais, atingindo 76%, enquanto a “Insuficientemente forte” caiu para 16% e “Forte demais” se manteve em 5% (AEI, 2009-1).

Nos dias 21 e 22 de setembro de 2001, em pesquisa conduzida pela *Gallup, CNN e USA Today*, ao serem perguntados se o presidente Bush havia ido “longe demais” em sua reação militar aos ataques terroristas, 75% das pessoas disseram que sua reação havia sido “Apropriada”, 19% disseram que o presidente não havia ido “longe o suficiente” e apenas 4% disseram que ele havia ido “longe demais”. Em 8 de outubro, a população foi consultada pela *CBS News* para saber se os ataques ao Afeganistão deveriam ter ocorrido “Agora”, “Mais cedo” ou “Mais tarde”. 60% dos entrevistados responderam “Agora”, 21% responderam “Mais cedo” e apenas 10% optaram pela resposta “Mais tarde” (AEI, 2009-1).

Contudo, por mais que houvesse um grande apoio ao presidente e às suas ações, a população manifestou, nos dias seguintes aos ataques, sua vontade de que fossem identificados com certeza os verdadeiros culpados pelo ocorrido antes que fosse tomada alguma providência militar. Dos dias 20 ao 23, a população foi consultada e 78% das pessoas responderam que era preferível aguardar terem certeza dos culpados pelos ataques para que o governo agisse militarmente. No mesmo período, por outro lado, 67% das pessoas responderam que apoiariam uma ação militar contra qualquer pessoa que tivesse sido responsável pelos ataques, mesmo que isso implicasse a morte de inocentes. E 83% afirmou que apoiaria o início de uma guerra com qualquer um que estivesse abrigando os responsáveis pelos ataques (CBS News e pela NYT, Apud AEI, 2009-1).

Quando a população foi perguntada pela Fox News e pela Opinion Dynamics se o presidente tinha o direito de ultrapassar o sistema judicial normal e pedir por um tribunal militar para suspeitos de terrorismo, 64% das pessoas responderam “sim” e 25% responderam “não”. Entre 8 e 10 de dezembro, quando perguntados pela NBC News e pela WSJ se a população aprovava ou não a decisão da administração de Bush de deter pessoas originárias do Oriente Médio como possíveis links com o terrorismo sem desvendar suas identidades enquanto eles estão sendo questionados, 67% dos estadunidenses disseram aprovar tal medida (AEI, 2009-1).

Podemos perceber ainda que a confiança no governo dos EUA aumentou consideravelmente no pós-11 de setembro. Quando se questionou com que frequência as pessoas pensavam que eles podiam confiar que Washington estava fazendo a coisa certa, em janeiro de 2001, apenas 3% disseram “sempre”, 28% disseram “a maioria do tempo”, 64% disseram “uma parte do tempo” e 3% disseram nunca. Já em outubro do mesmo ano, 10% das pessoas responderam que sempre pensavam que podiam confiar que o governo estivesse fazendo o que era certo, 45% responderam que pensavam poder confiar (n) “a maioria do tempo”, 42% responderam “uma parte do tempo” e 2% disseram “nunca” (CBS News e NYT).

Apud AEI, 2009-1). Outras tantas pesquisas realizadas por outras instituições em períodos similares também mostraram um considerável aumento na confiança que a população estadunidense tinha no trabalho feito por seu governo.

Fica evidente, com a realização de tais pesquisas, que a aprovação e o apoio ao governo de Bush não era muito grande nos meses, e mesmo dias, que antecederam o dia dos ataques. Sua popularidade estava em baixa e havia pouca confiança em seu trabalho. Contudo, a tragédia dos ataques foi responsável por uma grande mudança na percepção da população do trabalho realizado tanto pelo presidente George W. Bush, quanto pelo congresso estadunidense. Literalmente, da noite para o dia, a atuação do governante passou a ser muito bem avaliada pela população dos EUA e esta passou a apoiar, apesar dos possíveis ônus, ações militares que pudessem vir a ser realizadas pelo governo. Além do apoio da população, o presidente Bush declarou, em vários de seus discursos, o apoio que recebeu do congresso no imediato pós- ataques. O presidente recebeu mais autonomia e liberdade para decidir os mais diversos assuntos e a segurança nacional se tornou uma prioridade. Ademais do aumento dos poderes do presidente frente à nação, houve um movimento (e um esforço por parte de Bush) de uma certa unificação entre republicanos e democratas, criando um unidade frente ao mal a ser combatido. Era preciso que a nação colaborasse pelo bem maior da segurança dos EUA. E foi isso que ela fez.

3.2- O papel da mídia e a mídia estadunidense

“Media and terrorism feed on each other. Terrorists need the media for amplifying their messages, and media need terrorists as a personification of a larger issue of conflict”

(FIRST; LIEBES, 2003 In: JUST, KERN, NORRIS)

A tecnologia da informação avançou muito nas últimas décadas e, com ela, o nível de detalhamento e a velocidade com que as informações são divulgadas pela mídia. Dessa forma, fica cada vez mais difícil manter em segredo notícias sobre as decisões e ações tomadas pelos governantes, bem como sobre o que tem acontecido na política mundial. O advento da televisão foi particularmente marcante na difusão de informações e no impacto que a mídia tem na população. Isso se deu devido à cobertura instantânea, ao vivo e emocional que é a televisão é capaz de transmitir. Por causa da difusão de uma grande quantidade de imagens, as notícias veiculadas pela televisão têm efeito direto sobre o nível de percepção dos fatos pela

população. As notícias se tornaram visíveis e, conseqüentemente, responsáveis diretas pela manipulação da chamada “inteligência emocional” do ouvinte (BIERNATZKI, 2002).

A capacidade de a mídia influenciar os resultados tanto das políticas internas quanto externas tem aumentado. Isso faz com que o governo tenha cada vez mais preocupação com os resultados da forma com que a veiculação de informações se dá, e essa potencial influência tem obrigado os governos a se engajarem cada vez mais na difusão da informação e na receptividade das notícias pela opinião pública. No caso do 11 de setembro, a mídia assumiu um papel determinante na importância que o público deu aos ataques e, conseqüentemente, nas suas reações. A forte presença da mídia reduziu a capacidade do governo estadunidense de determinar os resultados de suas políticas e aumentou a preocupação com a receptividade da população das posturas tomadas por Washington (BROWN, 2003 In:JUST, KERN, NORRIS).

Por mais que a mídia seja, por muitas vezes, demonizada em sua suposta manipulação da opinião pública, é ela a responsável pela veiculação da informação e é, através dela, que populações no mundo inteiro têm acesso ao que está ocorrendo tanto na política de seu país como na política internacional. É verdade, contudo, que é também através da mídia que os governantes podem manipular a opinião pública e que o medo causado por eventos de violência pode ser exacerbado. Atos terroristas buscam, como já vimos, causar medo e ansiedade na população atingida, esperando obter determinados resultados políticos através de sua ação. Contudo, o ato terrorista, em si, não é capaz de causar medo generalizado nem de ser amplamente discutido por uma nação caso não haja a intervenção midiática. Os ataques de 11 de Setembro foram, sem dúvida, extremamente marcantes e muito traumáticos para o povo estadunidense; além de terem sido, sem dúvida, de extrema gravidade para a segurança dos EUA. Entretanto, a repercussão desse evento apenas ganhou a amplitude que ganhou devido a um árduo trabalho desempenhado pelas principais mídias de comunicação dos EUA e pelos esforços do governo estadunidense em transmitir suas mensagens através dos principais meio de comunicação.

É importante lembrar que nenhuma mídia no mundo, independentemente de sua origem, é capaz de cobrir algum tipo de evento sem dar algum tipo de interpretação de acordo com a cultura em que está inserida. Mesmo que haja diversos fatos que sejam um tanto quanto objetivos e pouco passíveis de manipulação, existem muitos outros que podem, facilmente, receber uma determinada interpretação característica da cultura e dos valores da mídia que os está veiculando. Não apenas sua bagagem cultural é determinante para “a natureza, o tipo e a quantidade de cobertura que um ataque recebe” (SCHAEFER, 2003, In: JUST, KERN,

NORRIS) como também a proximidade com que o evento ocorre. Quando a mídia é “local” a tendência é que haja um maior destaque para os resultados dos eventos ocorridos do que para as causas ou cenários em que tais eventos ocorreram. Diferentemente, quando a mídia é “estrangeira”, a tendência é que haja uma maior análise dos eventos ocorridos e das possíveis implicações para a política (SCHAEFER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS)

Além disso, a mídia é muito reativa às tendências existentes no “mercado”. Os jornalistas buscam disseminar notícias que condigam com o esperado pelo público. A abordagem se dará de acordo com os interesses da audiência (SCHAEFER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS). Entretanto, o posicionamento da mídia poderá ter dois efeitos distintos: caso haja uma “discussão de dois lados”, as informações fornecidas pela mídia poderão colaborar para o aprofundamento do debate e mesmo para a crítica ao posicionamento do governo. Contudo, caso haja uma “discussão de um lado”, a mídia, muito provavelmente, será responsável pela reafirmação das principais ideias difundidas entre o governo, os formadores de opinião não-governamentais e a opinião pública; colaborando assim para a consolidação de tais ideias. Em casos de “discussões de um lado”, as abordagens dadas se tornarão tão disseminada que acabarão sendo vistas como naturais e inevitáveis, o que limita muito futuros debates (JUST, KERN, NORRIS, 2003).

Outro fator determinante na abordagem do fato dada pela mídia a questão estrutural, ou seja, a posição que o país desses meios de comunicação ocupa no cenário internacional. As características que determinam em qual posição o país está, bem com os interesses que advêm de tal posição, são relevantes para o estabelecimento da abordagem que será dada pela mídia. No caso dos EUA, como vimos, temos uma nação historicamente bastante nacionalista e mesmo etnocêntrica, que busca garantir sua supremacia através da disseminação de seus ideais. Dessa forma, é natural que a mídia nesse país dê preferência para coberturas que sejam favoráveis aos interesses estadunidenses e que colaborem com os posicionamentos de seus aliados. Obviamente, ataques em solo estadunidense são colocados como prioridade e destaque na mídia e são considerados de extremo interesse (e preocupação) para a política externa dos EUA. Por esse motivo, “os jornais americanos focaram exclusivamente em como o evento afetou os EUA, no que fazer no futuro para evitar recorrências e como melhor responder” (SCHAEFER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS).

Normalmente, a grande maioria da população não está diretamente exposta aos atos terroristas; então, sua ansiedade será aguçada e seu conhecimento aumentado de acordo com a exposição que ela sofrer às notícias relacionadas aos eventos. As notícias depois de eventos marcantes como o 11 de setembro seguem um certo padrão: primeiro há um período de

descrição dos eventos, o qual é seguido de um relato das respostas tomadas pelo governo e depois de explicações de tal fenômeno. Contudo, essa última etapa costuma ser bastante limitada ou, até mesmo, inexistente. No pós-11 de setembro, o número de razões para os ataques que foram divulgadas pela mídia caiu rapidamente. O que se pôde perceber foi que a capacidade da população estadunidense de analisar os ataques de 11 de setembro teve relação direta com a exposição às notícias e com as explicações dadas pela mídia. Por outro lado, a capacidade da mídia de dar à população um grande número de explicações é limitada, pois depois de um certo tempo a tendência é que a população mediana reduza as explicações de eventos a dois ou três pontos (BRADER; TRAUGOTT, 2003, In: JUST; KERN; NORRIS).

Como mencionamos, o surgimento da televisão foi de extrema importância para a difusão da informação e para o impacto (e alcance) que as notícias teriam na população. As imagens difundidas pela televisão tem muito mais impacto na percepção da opinião pública dos riscos existentes, além de tornarem mais fácil a compreensão das notícias. Ler notícias no jornal não tem influência relevante nos sentimentos que a população desenvolveu em relação aos ataques de 11 de setembro. Contudo, a possibilidade de assistir a imagens do sofrimento das pessoas morrendo durante os ataques, bem como aos depoimentos de familiares e amigos das vítimas permitiu que a população crie uma empatia muito maior com as vítimas da tragédia e se tornassem muito mais suscetíveis às demandas de apoio do governo estadunidense para o estabelecimento da “Guerra ao Terror”. Tanto a leitura de jornais quanto o acompanhamento da televisão são capazes de aumentar o conhecimento da população a respeito de situações de crise; contudo, assistir televisão causa o aumento do medo, da ansiedade e da percepção do risco, o que inibe a capacidade de entender as causas de ataques terroristas e altera a percepção de futuros riscos (HUDDY; FELDMAN; LAHAV; TABER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS).

3.3- A manipulação e controle das informações

“The media does not simply report events; instead the way that the media represents the crisis becomes an important part of the crisis. Media reporting does not simply affect domestic public opinion but forms the basis of reactions by third parties. For this reason government and the military increasingly seek to shape these representations (...)”

(BROWN, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS)

A Guerra do Vietnã foi um marco para a importância dada à opinião pública. Foi nessa época que houve uma mudança profunda na forma de fazer cobertura. A televisão passou a ter um papel essencial na veiculação dos acontecimentos da guerra e no impacto que as notícias passariam a ter na população. A mudança foi tão profunda que, desse momento em diante, se passou a fazer referência ao “Efeito Vietnã”. Sabendo o quão controversas eram suas políticas, os EUA decidiram não permitir que a população ficasse sabendo da intensidade de seu envolvimento no conflito e controlaram o tipo de informação que seria veiculada. Desde então, a preocupação do governo em relação às informações que chegariam ao público aumentou consideravelmente e o controle direto e indireto sobre as notícias divulgadas pela mídia foi aprofundado (WESTERN, 2009, In: CRAMER; THRALL).

Segundo Doris A. Graber (In NORRIS; KERN; JUST, 2003), existem três formas principais de controle da mídia e do que por ela é veiculado. A primeira delas é a “Censura Oficial”, que se trata de uma legislação que regula o que deve ou não ser publicado. Nesse caso, ainda existe a possibilidade de escolha pela mídia do que será publicado, desde que esteja dentro dos limites estabelecidos pelo governo. A segunda forma é a chamada “Imprensa Livre”. Nesse caso, como o próprio nome indica, a imprensa tem a possibilidade de escolher o que será publicado, sem se submeter a regras impostas pelo governo. Contudo, sabemos que continuarão a existir normas informais e éticas que evitarão que certas notícias sejam publicadas dependendo da situação. A última forma de controle do conteúdo das notícias publicadas pela mídia é a “Censura Informal”. Nessa situação, oficialmente, não existem censuras àquilo que será veiculado. Entretanto, há a construção, através de discursos de governantes, de um imaginário a respeito do que deve ser feito em uma determinada situação de crise. Dessa maneira, emerge um ambiente coercivo que acaba por caracterizar quaisquer críticas às políticas governamentais como antipatrióticas e como traição. Essa baixa receptividade a notícias críticas ao governo gera uma espécie de autocensura na mídia.

Antes da 2ª Guerra Mundial, os EUA tinham uma visão bem pessimista em relação à mídia e a consideravam uma ameaça. Contudo, com a utilização da propaganda por regimes autoritários durante a guerra, o governo estadunidense passou a perceber a atuação da mídia como potencialmente positiva dependendo de como ela fosse moldada e controlada. No lugar de se utilizar da censura oficial, o governo dos EUA passou a buscar o estabelecimento de acordos com os jornalistas: esses respeitavam um certo limite de abordagens em troca de maior acesso às informações da guerra. Para seguir o acordo informalmente estabelecido, os jornalistas passaram a respeitar o acordo, censurando, eles mesmos, as notícias que pudessem ser prejudiciais ao governo.

No caso da Guerra do Afeganistão, o exército restringiu o acesso dos jornalistas à guerra, alegando a necessidade de segredo para o bom andamento da operação. Contudo, na verdade, o que se buscava evitar era que cenas de morte de soldados estadunidenses fossem transmitidas nos EUA. Além disso, o governo estadunidense comprou todos os direitos sobre as imagens de satélite do bombardeio do Afeganistão. Dessa forma, ficava inviável a transmissão pela mídia das imagens da destruição causada pelo bombardeio estadunidense ao país afegão (GRABER, 2003, In: NORRIS; KERN; JUST). No caso da Guerra contra o Iraque, em 2003, as principais emissoras de televisão tinham acordos com o governo. As imagens transmitidas eram muito bem selecionadas para garantir que a população não pudesse ver as atrocidades que estavam sendo cometidas em solo iraquiano. Quase não se mostravam cenas de destruição e de morte de iraquianos. Quando a CNN resolveu transmitir as imagens de um iraquiano morto, a reação da audiência foi de fúria, pois ela não queria que fossem mostradas as imagens de nenhum morto na televisão, quase como uma negação da realidade vivida pela população iraquiana (KELLNER, 2004).

Cerca de um mês depois dos ataques, Condoleezza Rice, conselheira de segurança nacional, entrou em contato com as principais emissoras de televisão dando diretrizes para a transmissão de informações. Entre as diretrizes, estava o cuidado com a emissão de mensagens de terroristas. Segundo ela, era preciso que se analisasse com cuidado o conteúdo das fitas, pois elas poderiam conter mensagens disfarçadas que serviriam ao recrutamento de outros terroristas, os quais poderiam causar mais violência contra a população. Mesmo que as emissoras não quisessem seguir o pedido de Rice, afinal não havia nada que as obrigasse formalmente, elas acabariam por acatar ao pedido. O 11 de setembro havia sido tão chocante para o povo estadunidense que o clima de insegurança coagia a imprensa, fazendo com que as emissões fossem condizentes com o que o governo queria que fosse transmitido. Quase como uma ordem a ser acatada, transmitir informações contrárias ao pensamento dominante seria visto como um ato não patriótico. E a punição não viria da lei, mas da aceitação da população. Isso deu poder ao governo de selecionar qual linguagem era a mais adequada para as transmissões relativas aos ataques (GRABER, 2003, In: NORRIS; KERN; JUST).

Contudo, é importante se analisar como o governo conseguiu que a censura governamental velada fosse tão bem aceita e até mesmo defendida pela população. Como mencionado acima, o 11 de setembro foi muito chocante para a população estadunidense, pois pouquíssimas foram as vezes em que seu país foi alvo de ataque. Os ataques terroristas (e sua veiculação, é claro) criaram um ambiente de instabilidade e uma sensação de vulnerabilidade jamais antes vista. Historicamente, os EUA se utiliza de seus fins para justificar seus meios.

Quando inicia guerras, a justificativa é sempre a busca pela manutenção (ou o estabelecimento) da democracia. É justo fazer a guerra porque a democracia é mais importante do que as possíveis perdas materiais e humanas. No pós-11 de setembro, essa situação levou a população a abrir mão de sua liberdade, permitindo que o governo censurasse as notícias, para que fosse possível a busca de um bem maior: a democracia através da guerra ao terror. Segundo o presidente, a censura seria uma forma de garantir a manutenção dos valores estadunidenses e um consequente mecanismo de preservação da liberdade e não uma forma de roubá-la (GRABER, 2003, In: NORRIS; KERN; JUST).

Por outro lado, a censura feita em relação à divulgação de imagens da destruição da guerra do Afeganistão ou do Iraque não foi vista da mesma forma na veiculação do 11 de setembro. A grande repercussão dos ataques se deu, em boa medida, por causa do choque causado na população. A proximidade com as pessoas mortas e os estragos ocorridos na maior cidade dos Estados Unidos, causou uma percepção de maior seriedade dos acontecimentos. Contudo, como vimos anteriormente, os níveis de terrorismo internacional não só não tinham aumentado, como tinham se reduzido em relação às décadas anteriores. Ademais, não era a primeira vez que os estadunidenses tinham sofrido perdas nem que seu território fora atacado. O grande diferencial dessa vez foi o número de notícias que bombardeavam a população todos os dias. Antes do 11 de setembro, em média, 178 histórias sobre terrorismo eram veiculadas pela mídia; depois dos ataques, esse número subiu para 1345 histórias por mês! A intensidade de matérias a respeito dos ataques garantiu que o terrorismo, junto de toda a Guerra contra o Terrorismo, se tornasse assunto prioritário no país.

Em pesquisas realizadas pela Gallup (JUST; KERN; NORRIS, 2003), o número de pessoas que identificaram o terrorismo como o maior problema a ser enfrentado passou de perto de zero, antes de 11 de setembro de 2001, para 46% da população nos dias posteriores aos ataques. Mesmo meses mais tarde, apesar dos problemas econômicos e de saúde, a segurança continuava a ser uma das principais preocupações. Pode parecer um pouco óbvio que uma população se preocupe mais com a questão securitária quando sua nação acaba de ser atacada. Entretanto, o mais importante, é percebermos as consequências dessa preocupação e quais foram os mecanismos utilizados para que um evento isolado (e pequeno se comparado com outros tantos ataques que ocorrem com frequência) se torne uma questão nacional. O governo dos Estados Unidos soube se utilizar da censura, seja ela formal ou informal, para garantir que as informações a respeito das guerras do Afeganistão e do Iraque e dos ataques fossem veiculadas da forma que mais lhes conviesse. Permitir que a população fosse bombardeada com 1345 histórias sobre terrorismo nos meses que sucederam aos ataques foi

de vital importância para que o assunto se tornasse uma questão de importância nacional, assim como impedir que certas imagens das guerras fossem mostradas as tornou mais humanas e, portanto, menos condenáveis.

A grande exposição da população às imagens do 11 de setembro causou um choque maior do que seria esperado e tal situação garantiu um grande apoio público às ações tomadas pelo governo estadunidense e, principalmente, à Guerra ao Terrorismo. O estabelecimento das políticas relacionadas ao terrorismo como prioritárias fez com que a população prestasse atenção nos assuntos internacionais e fosse conivente com a realização de políticas há muito tempo desejadas pelo governo, mas que não seriam aceitas pela opinião pública. Além disso, em situações de crise, há o aumento do orçamento destinado à segurança. E foi o que aconteceu nos EUA. Órgãos como os departamentos de defesa e de segurança do território nacional foram criados e o orçamento direcionado para a Guerra ao Terror foi gigantesco (CRAMER; THRALL, 2009).

3.4- O uso do terrorismo: a criação do estranhamento, a ratificação da identidade estadunidense e a percepção do risco

Como mostrado no segundo capítulo desse trabalho, a identidade estadunidense tal como ela é hoje começou a ser construída já na independência dos EUA, no final do século XVIII. Essa identidade, entre outras coisas, foi uma construção de alteridade, da oposição ao “outro”, de ser aquilo que o “outro” não é. Primeiramente, a alteridade se deu em relação à identidade europeia e às práticas do velho mundo. Posteriormente, a diferença em relação ao “outro” e a consolidação da identidade estadunidense ocorreram através da bipolaridade que se estabeleceu durante os anos de Guerra Fria. A reificação do comunismo e da URSS como o males a serem combatidos reforçou a imagem dos EUA como o bem e garantiu que eles tivessem uma maior coesão interna. Contudo, o fim da Guerra Fria levou à falta da oposição, sempre tão essencial para a construção da identidade do país, causando um problema para a continuidade do imaginário da estadunidense.

Nações cujo mito social foi construído e imaginado têm a necessidade de estarem em constante reafirmação. Essa reafirmação e a diferenciação em relação ao “outro” permitem a perpetuação da identidade nacional, fator fundamental para justificar a existência da nação e a defesa de seus interesses. Para tanto, um dos recursos utilizados é a propagação de mitos históricos (construídos ou não) através dos tempos e das diversas instituições culturais e formais, as quais dão destaque para abordagens dos eventos que favorecem uma imagem

positiva da nação e sua superioridade ou excepcionalidade em relação aos outros povos. Entretanto, apenas a reprodução de mitos não é capaz de garantir a identificação de uma nação enquanto grupo coeso. É fundamental que existam “propulsores” dessa identidade (BILLEAUDEAUX; DOMKE; GARLAND; HUTCHESON, 2004).

No caso específico dos EUA, um dos recursos mais utilizados pelo governo para inflar o sentimento nacional foi (mais uma vez) a criação do estranhamento e da oposição ao “outro”. Os ataques de 11 de setembro foram uma excelente solução para a falta do inimigo, pois o surgimento do terrorismo como um problema mais palpável para os estadunidenses facilitou o trabalho do governo de encontrar um novo símbolo ao qual se opor. O estabelecimento da oposição garantiria a exacerbação da diferença cultural; esta, por sua vez, viria a garantir uma maior percepção da ameaça, que, por sua vez, prepararia a opinião pública para apoiar as decisões que, posteriormente, seriam tomadas pelo governo. Em resumo, temos o surgimento da oposição, que, inflada, dará destaque às diferenças culturais, aumentando a percepção das ameaças (como veremos a seguir) e, portanto, garantindo um maior apoio da população às decisões governamentais:

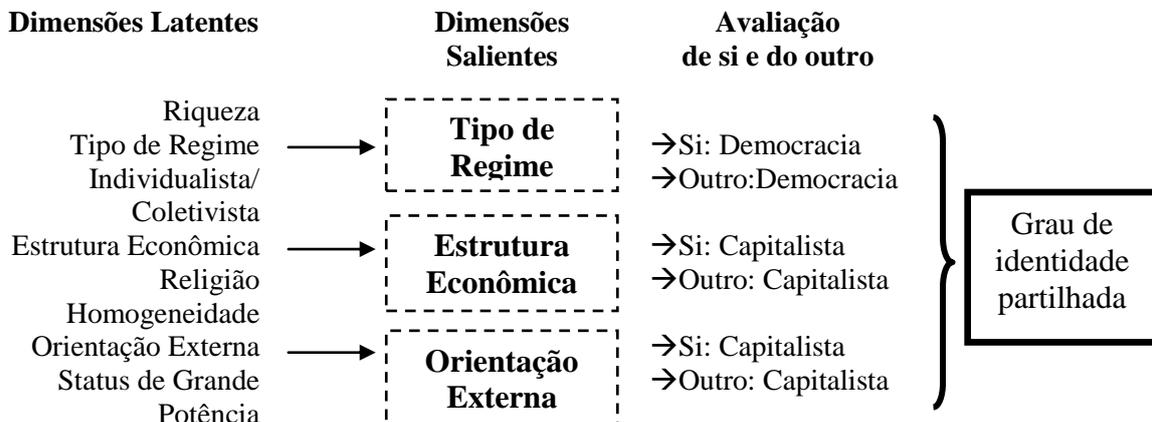
Oposição → Diferenças Culturais → Maior percepção do risco → Maior apoio da opinião pública

No que concerne à percepção de ameaças, estudos realizados por Garcia-Retamero e Rousseau (In CRAMER; THRALL, 2009) indicam que tanto o poder material (ou objetivo) quanto a identidade são fatores determinantes para o nível de percepção da ameaça. Constatar-se fraco militarmente em relação a outro país é razão de aumento da percepção de ameaça. Todavia, a partilha ou não de uma mesma identidade influencia igualmente essa percepção. Os seres humanos têm a tendência de se diferenciarem através da criação de categorias, as quais permitem que existam os “insiders” e os “outsiders”. Tal divisão colabora para o fortalecimento não apenas da identidade do grupo (que partilha normas e valores semelhantes) e da identidade individual, como também para a criação de preconceitos e discriminação em relação aos “outsiders”. A diferenciação, mais do que causar preconceito, faz com que o “outsider” seja considerado mais ameaçador do que o “insider”.

Quando um grupo observa outro, ele tende a considerar diferentes dimensões, tais como o tipo de regime, a economia, a religião ou a orientação externa, entre outras, para avaliar as características desse outro grupo. Essas dimensões tendem a convergir a “dimensões salientes” (as que influenciam a construção da opinião), a partir das quais são

feitas comparações entre as características de “si” e as do “outro”. Como mostra a figura abaixo, quanto maior for o número de características compartilhadas em cada dimensão saliente, maior será o grau de identidade compartilhada entre as duas nações.

Figura 1: Grau de Identidade Partilhada



Fonte: GARCIA-RETAMERO; ROUSSEAU; In CRAMER; THRALL, 2009. Página 59.

A quantidade de identidade partilhada por duas populações é fator fundamental para a percepção da ameaça, pois “o poder influencia a percepção da ameaça das pessoas apenas depois que a identidade entre o ‘eu’ e o ‘outro’ foi estabelecida”. Ou seja: é a identidade que modera a interpretação subjetiva da balança de poder material (GARCIA-RETAMERO; ROUSSEAU; In CRAMER; THRALL, 2009). Como podemos observar no quadro abaixo, uma população será considerada perigosa e ameaçadora quando ela possui poder material e diferenças culturais. Caso contrário, mesmo que o “outro” possua poder material elevado, a tendência é que ele não seja considerado uma grande ameaça por partilhar dos mesmos valores e normas e, por essa razão, não ter razões para atacar uma nação parecida com a sua. Além disso, quando um país se percebe cultural, econômica e politicamente parecido com outro, a tendência para o estabelecimento de alianças e de cooperação é maior.

Quadro 1- Cultura x Poder

		CULTURA	
		<i>DIFERENTES</i>	<i>SIMILARES</i>
P O D E R	<i>FORTE</i>	Alta percepção da ameaça	Baixa percepção da ameaça
	<i>FRACO</i>	Baixa percepção da ameaça	Baixa percepção de ameaça

Fonte: GARCIA-RETAMERO; ROUSSEAU; In CRAMER; THRALL, 2009. Elaboração da autora.

Sendo, portanto, a percepção da ameaça uma construção social baseada, não apenas no poderio material do “outro”, como também na ideia que se tem do “outro”. O governo

estadunidense buscou estabelecer diferenças muito claras entre os Estados Unidos e aqueles que os haviam atacado. Em seus discursos, George Bush caracterizou, inúmeras vezes, os ataques ao seu território como um ataque aos valores estadunidenses. Contrastou a bondade e a virtude dos EUA com a maldade dos terroristas. Ademais, contrastou a liberdade vista nos Estados Unidos com o despotismo de seus inimigos, caracterizando estes como bárbaros ameaçadores da civilização (KREBS; LOBASZ. In: CRAMER; THRALL, 2009). Com tais afirmações, o presidente Bush buscou reafirmar o sentimento de pertencimento nacional e enfatizar as diferenças existentes entre os estadunidenses e os “outros”. Foram levantados conceitos simplificadoros, ainda que historicamente utilizados, de bem e mal; bem como foram usadas classificações simplórias dos “tipos de regime” de cada grupo (liberdade e despotismo) e ainda do grau de desenvolvimento das duas civilizações: os estadunidenses sendo classificados como civilizados e os “outros” como meros bárbaros à espera de democracia.

O discurso do governo foi aceito e teve influência sobre a população devido à cultura política que fora desenvolvida ao longo da Guerra Fria, segundo a qual determinadas normas de comportamento são consideradas patrióticas. Duas normas em particular foram fundamentais para a mais fácil aceitação da retórica governamental: o apoio a políticas de segurança nacional fortes e deixar a decisão em momentos de crise nas mãos do braço executivo do país (CRAMER, In: CRAMER; THRALL, 2009). A questão do patriotismo estadunidense foi fundamental para a falta de oposição e contestação do discurso das autoridades governamentais e para a consequente viabilização da Guerra ao Terror. O nacionalismo exacerbado pela menção constante às diferenças existentes entre os estadunidenses e os terroristas preparou o terreno para que acusações, afirmações e relações ainda mais contundentes fossem feitas sobre não somente os terroristas, como também sobre o Afeganistão e o Iraque como veremos a seguir.

4- A OPINIÃO PÚBLICA E A AÇÃO INTERNACIONAL DOS EUA

4.1- Percepção do risco: a base para o apoio

Como vimos no segundo capítulo, ataques terroristas têm por objetivo causar medo na população atingida e são ferramentas de barganha. O medo e a ansiedade causados levam a uma situação de insegurança e obrigam governantes a fazerem determinadas concessões em

favor da causa política dos terroristas. Por essa razão, o cenário ideal para os perpetrantes é que o choque seja o maior possível, causando medo e ansiedade generalizados. Esses sentimentos minam as bases de funcionamento de uma sociedade e levam a um estado de insegurança e de descrença, o que pode causar a diminuição do envolvimento político da população (HUDDY, FELDMAN, LAHAV, TABER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS). Além disso, pessoas com medo tendem a ser pessimistas em suas estimativas de risco e a fazer escolhas que evitem riscos, diminuindo, assim, a sensação de incerteza (KELTNER; LERNER, 2001). O que ocorre, portanto, é uma disputa entre os atacantes e o governo dos atacados pela influência sobre a população atingida. Enquanto os primeiros buscam causar o medo e, assim, barganhar conquistas; o segundo tem a árdua tarefa de transformar o medo causado em apoio⁷ político, de modo geral, e às políticas de contenção do terrorismo. Para tanto, é preciso que o governo atingido prove ser capaz de lidar com a adversidade e responder à altura dos ataques.

Nessa disputa travada entre terroristas e governo, é relevante analisarmos quais são os efeitos do medo para as reações da opinião pública. Conforme argumentamos, quando a população passa a um estágio de medo, há uma certa paralisação generalizada. Os indivíduos buscarão minimizar os riscos através da escolha de medidas consideradas mais seguras. Sua percepção da ameaça estará aguçada e isso fará com que haja tendência a um menor apoio a políticas nacionais que sejam potencialmente violentas, pois elas poderão ser provocadoras de retaliações. Dessa maneira, deverá existir menos adesão da população a ações militares além-mar, mesmo que o apoio a medidas de segurança interna, tais como checagem de identificações, se mantenha. Portanto, para que haja apoio às ações militares de um governo, é preciso que, no lugar do medo, surja uma percepção de riscos. O medo e a percepção de riscos têm efeitos opostos no apoio que será dado pela população às ações militares. No pós-11 de setembro, ainda que tenha havido vários casos de depressão, estresse, ansiedade e medo, esses não eram, como vemos abaixo, os sentimentos predominantes (HUDDY, FELDMAN, LAHAV, TABER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS).

⁷“Pode-se dizer que A apoia B quando A age em favor ou quando se orienta favoravelmente em direção aos objetivos, interesses e ações de B” (EASTON, David, 1957, pág. 390).

Tabela1- Reações Psicológicas- chave ao 11/09**Medo e Ansiedade**

Quando você pensa sobre os ataques terroristas e a resposta dos EUA, com que frequência você se sente....	<i>Frequen- temente</i>	<i>Algumas vezes</i>	<i>Não muito frecuen- temente</i>	<i>Nunca</i>	<i>NR</i>
Ansioso?	11,4	35,7	27,9	23,6	1,4
Assustado?	7,9	23,3	28,7	38,3	0,8
Preocupado?	13,0	36,9	25,9	22,9	1,2
Apavorado?	5,6	24,5	27,4	41,3	1,2

Depressão

Na semana passada, o quão difícil foi para você se concentrar no seu trabalho ou nas suas atividades normais por causa da forma como você se sentia em relação aos ataques terroristas e os eventos desde lá?	<i>Muito difícil</i>	<i>Um pouco difícil</i>	<i>Não muito difícil</i>	<i>Nada difícil</i>	<i>NR</i>
	4,6	17,7	22,1	54,6	1,1
Na semana passada, quanto problema você teve para dormir por causa da forma como você se sentia em relação aos ataques terroristas e os eventos desde lá?	<i>Bastante</i>	<i>Algum</i>	<i>Pouco</i>	<i>Nenhum</i>	<i>NR</i>
	3,1	9,4	12,1	74,4	1,0
Na semana passada, quão depressivo você se sentiu em relação aos ataques terroristas e os eventos desde lá?	<i>Muito depressivo</i>	<i>Um pouco depressivo</i>	<i>Não muitodepre ssivo</i>	<i>Nadadepre ssivo</i>	<i>NR</i>
	7,8	30,7	20,1	39,9	1,4

Percepção de Risco

Quão preocupado você está de que haverá outro ataque terrorista em solo estadunidense em um futuro próximo?	<i>Muito preocupad o</i>	<i>Um pouco preocupado</i>	<i>Não muito preocupado</i>	<i>Nada preocupad o</i>	<i>NR</i>
	49,8	36,5	9,7	3,5	0,4
Quão preocupado você está que terroristas atacam os EUA com armas químicas e biológicas?	47,3	37,4	10,2	3,8	1,3

Fonte: HUDDY, FELDMAN, LAHAV, TABER, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS.

Na Tabela 1, acima, se encontram perguntas que foram feitas à população estadunidense nos dias que se seguiram aos ataques a respeito de suas sensações em função da ocorrência desses eventos. A partir dos dados apresentados, é possível perceber que mesmo que os sentimentos de ansiedade, medo, preocupação e pavor estivessem presentes na população, esses não eram generalizados. Apenas 11,4% dos entrevistados disseram se sentirem ansiosos com frequência e 7,9% se sentirem assustados com frequência. 38,3 % das pessoas disseram nunca se sentirem ansiosas, apesar da situação. Por outro lado, os níveis de percepção do risco eram bem maiores: 49,8 % dos estadunidenses demonstraram estar muito

preocupadas com a ocorrência de um novo ataque terrorista em território nacional e 36,5 % demonstraram estar pelo menos um pouco preocupados. As duas respostas juntas demonstram que 86,3% dos entrevistados tinham algum tipo de preocupação em relação à possibilidade de futuros ataques. Quanto à segunda pergunta, 47,3% das pessoas disseram se preocupar muito com a utilização de armas químicas e biológicas e 37,4% disseram ter um pouco de preocupação. Mais uma vez a soma dos percentuais dessas duas respostas é bastante elevada, chegando aos 84,7%.

Esses resultados corroboram com a ideia de que populações cujo sentimento predominante é a percepção do risco e não o medo generalizado tendem a dar seu apoio a ações militares. Conforme foi tratado anteriormente (no capítulo 3 desse trabalho), não apenas a popularidade de George Bush aumentou nos anos seguintes aos ataques terroristas, como a população estadunidense se mostrou bastante favorável a intervenções militares além-mar. Sua confiança no trabalho feito pelo governo aumentou e permitiu que ações como a invasão do Iraque e do Afeganistão fossem realizadas sem que houvesse a condenação dessas ações agressivas pela opinião pública dos EUA. Caso a população tivesse desenvolvido um medo terrível das ações terroristas, ela teria tido receio de possíveis retaliações dos terroristas, em resposta às ações de seu governo, sendo assim, contrária a atos militares. Entretanto, cabe avaliar que a falta do medo generalizado e o conseqüente apoio dado às ações governamentais não foram apenas uma questão de falha dos terroristas em causar o terror. A forma como Washington lidou com a situação foi de extrema importância para tais resultados.

Para que exista uma percepção do risco favorável ao apoio a atitudes violentas do governo, é necessário que se desenvolva a raiva da situação vivida. Pessoas com raiva se mostram mais otimistas e tendem a escolher opções que sejam mais arriscadas. A raiva traz consigo uma sensação de maior controle e, portanto, de maior certeza em relação às decisões e atitudes tomadas (KELTNER; LERNER, 2001). Ainda que não se possa afirmar com certeza, o governo estadunidense soube, ao longo de seu discurso, desenvolver tanto o sentimento de raiva em relação aos terroristas, quanto a possibilidade de futuros ataques, principalmente através da ideia da posse de Armas de Destruição de Massa pelo Iraque (caso que veremos na próxima seção desse capítulo). Em seus discursos, o presidente dos EUA por muitas vezes mencionou a palavra raiva. Bush afirmou que essa raiva era resultado do sentimento de dor e perda vivido pela população. Contudo, também disse que seria através dessas dor e sentimento de raiva que a população estadunidense tinha podido encontrar sua missão global. Além disso, ainda mais do que as mencionadas palavras de ódio, George Bush pronunciou, por incontáveis vezes, a palavra “perigo” ou “perigoso”, sempre em sinal de

alerta para a possibilidade de novos ataques e da existência de inimigos que estariam ameaçando a liberdade dos EUA (BUSH, George).

Segundo David Easton (1957), uma das formas de se ter o apoio da população é conseguir responder à altura as demandas e necessidades dessa população. Assim sendo, é preciso que os governantes criem meios de garantir que haja a mínima satisfação das demandas feitas. Ao longo das diversas manifestações do presidente estadunidense, pudemos perceber que muitas também foram as oportunidades em que ele mencionou a palavra “medo”. Todavia, na maioria delas, essa palavra veio acompanhada de uma palavra de alento e de incentivo. O governo dos Estados Unidos garantia, através de seu discurso, estar tomando todas as medidas necessárias para combater aqueles que haviam atacado seu país. Entre elas, estavam o reforço da segurança nas fronteiras e o desenvolvimento do serviço de inteligência estadunidense. O presidente repetiu muitas vezes que o governo estava buscando construir um futuro para as crianças estadunidenses, livre do medo. Ademais, Bush afirmou que, ao contrário do que esperavam os terroristas, a “América” não teria medo, mas sim força e coragem para enfrentar o mal (BUSH, George).

Por meio de inúmeras menções aos sentimentos vividos pelos estadunidenses, o governo foi capaz de canalizar o potencial medo devido ao ataque que os EUA havia sofrido para um sentimento de raiva e de conseqüente percepção da existência de riscos. Além disso, as manifestações governamentais souberam conduzir a postura estadunidense para uma posição de enfrentamento e de luta pelos valores da nação. A adoção de tal postura pela população levou a uma maior abertura e aceitação das medidas de política externa que mais tarde seriam implementadas além-mar. Estava estabelecido o apoio às ações militares no Afeganistão e as diretrizes para o futuro apoio dado à invasão do Iraque em 2003.

4.2- A ligação entre Saddam, o Iraque e o 11 de setembro

*“Icons represent emotionally evocative, self-explanatory, universally understood pictures”
(FIRST; LIEBES, 2003, In: JUST, KERN, NORRIS).*

Logo após os ataques de 11 de setembro, a partir da curiosidade da população, mas também da necessidade do governo de estabelecer medidas que acalmassem o povo estadunidense, houve uma responsabilização do grupo terrorista Al Qaeda pela realização dos atentados. Como visto, o grupo já possuía antecedentes e, segundo a inteligência dos EUA, foram encontradas provas que apontavam para o envolvimento direto do grupo nos eventos.

Essas provas, ainda que não bem esclarecidas, foram suficientes para que a Al Qaeda se tornasse alvo do ódio estadunidense e da perseguição do governo dos EUA. A evidente ligação existente entre o grupo terrorista e o governo talibã (que já desagradava os Estados Unidos há muito tempo) foi motivo para que o Afeganistão entrasse na categoria de países protetores de grupos terroristas, os quais seriam tão condenados (e punidos) quanto os próprios terroristas. Depois de diversos pedidos de que os responsáveis pelos ataques e o grupo Al Qaeda fossem entregues ao governo dos EUA, Washington optou (com o respaldo da população) pela invasão do Afeganistão em 7 de outubro de 2001, iniciando uma guerra que seguiria por vários anos e que viria a devastar aquele país.

Todavia, ainda que tanto o Afeganistão quanto o Iraque fossem países cujos regimes já haviam incomodado o governo do EUA e mesmo o governo de outros países, no primeiro caso, existia uma clara ligação que poderia ser estabelecida entre os ataques de 11 de setembro, o grupo terrorista Al Qaeda e o governo do Afeganistão. Já no caso do Iraque, não existiam indícios de que houvesse relação direta (ou mesmo indireta) entre Saddam Hussein e o 11 de setembro. Mesmo que os Estados Unidos estivessem, há muito tempo, tentando influenciar os rumos do Iraque através do apoio a golpes de Estado e ao fomento da discórdia interna, uma invasão militar realizada contra o país não seria bem vista e levantaria muitas contradições internas, além da perda do apoio da opinião pública estadunidense. Por essa razão, era necessário que se criassem pontes entre o Iraque e seu governante, Saddam Hussein, e os ataques de 11 de setembro. Para tanto, o governo dos EUA se utilizou de diversos recursos, como veremos a seguir.

Comumente, um dos recursos utilizados tanto pela mídia quanto pelos governos é o estabelecimento de uma personificação de um problema que deva ser tratado constantemente. Quando os responsáveis pela produção e veiculação das informações reduzem a existência de um problema à imagem de uma pessoa, há a facilitação não apenas da veiculação e da explicação desse problema, como também da compreensão do público. A ideia disseminada se torna mais palpável e acessível à população (JUST; KERN; NORRIS, 2003). Seguindo essa lógica, uma das táticas utilizadas pelo governo dos EUA foi a de vincular a ideia da invasão do Iraque à imagem de Saddam Hussein. Este foi retratado como figura diabólica que resumia o mal em sua personalidade e em suas atitudes. Segundo o que foi dito, o líder iraquiano havia não apenas dado apoio e auxílio ao terrorismo, como fora responsável pela tortura e morte de sua própria população.

Mesmo antes do governo de Bush, Saddam Hussein já havia sido descrito como um “Hitler revisitado” por Bush pai. O governo dos Estados Unidos, por inúmeras vezes, sugeriu

que Hussein seria uma ameaça tão grande quanto Hitler fora em sua época. O presidente do Iraque foi descrito como brutal e diabólico, como alguém que teria uma vontade insaciável por causar o medo e que era um agressor cuja ação não poderia ser controlada ou amenizada. Além disso, Saddam Hussein foi relacionado diretamente a ações de terrorismo e ao suposto apoio dado aos terroristas. Dessa forma, o governo dos EUA deixava clara a potencialidade que tinha o líder iraquiano de cometer atrocidades como o 11 de setembro (KREBS; LOBASZ, 2009). Começava a se delinear o primeiro grande argumento para que Hussein fosse combatido: segundo Bush (In:KREBS; LOBASZ, 2009), a Al Qaeda e Saddam Hussein não deveriam ser diferenciados, pois representavam, igualmente, o mal e eram, igualmente, destrutivos. Por esse motivo, no desenvolvimento da Guerra ao Terror, tanto a Al Qaeda quanto Hussein deveriam ser combatidos e considerados inimigos número um dos EUA.

A vinculação do Iraque à imagem de Saddam Hussein e deste à ideia de terrorismo acabou por criar um paralelo entre Hussein e Osama Bin Laden, reforçando a necessidade de combate a esse inimigo. Além disso, o Iraque foi associado a um lugar de barbárie e caos. Todas essas associações e ideias divulgadas pelo governo estadunidense limitaram, em grande medida, o debate dentro dos Estados Unidos. Mesmo os Democratas restringiram sua oposição a meras perguntas que buscavam direcionar o andamento da invasão e não propriamente impedi-la. Isso se deu, em grande medida, devido ao nacionalismo estadunidense. O país vivia um momento de crise e de iminente risco. Estabelecer uma clara oposição às medidas e ideias governamentais naquele momento era quase sinônimo de antipatriotismo e de traição. Assim, os Democratas apenas buscaram controlar quais seriam as condições e o tempo ou duração da invasão (KREBS; LOBASZ, 2009).

Mesmo que a popularização da imagem negativa do presidente do Iraque tenha sido muito bem sucedida, ainda faltava algo mais real, mais palpável, que pudesse convencer a opinião pública dos EUA de que a invasão do Iraque era medida absolutamente necessária e que, caso contrário, o risco para a segurança dos Estados Unidos era altíssimo. Dessa forma, o governo estadunidense afirmou que o Iraque possuía Armas de Destruição de Massa (ADM). O assunto se tornou bastante controverso e não teve apoio do Senado, que acreditava que a afirmação não era baseada em provas bem fundadas. O Senado preferia desarmar o Iraque através de inspeções feitas pela ONU e apenas recorrer a uma intervenção militar caso houvesse provas de que a ameaça era real. Contudo, por mais que não houvesse o apoio de grande parte do senado, a resolução da Guerra no Iraque acabaria por ser aprovada. Isso se daria, em boa medida, devido ao constrangimento pelo qual passariam aqueles que se mostrassem contrários à intervenção militar. Eles poderiam ser vistos como fracos e pouco

nacionalistas, e era preciso ser forte quando o assunto se tratava da segurança nacional (CRAMER, 2009).

Foi ao longo da Guerra Fria que se desenvolveu, nos EUA, uma cultura política bastante patriótica e militarizada. Era por essa razão que, em contextos de crise, era dado destaque e prioridade para medidas e soluções que incluíssem a utilização da violência. A garantia da manutenção da segurança nacional estava acima de tudo. Aliado a isso, estava uma tendência a delegar a tomada de decisões ao braço executivo do governo, o que dava maior poder ao presidente dos EUA. Essa posição de vantagem por parte de Bush permitiu que ele, assim como tantos outros presidentes em diversos momentos da história estadunidense, pudesse ter grande peso na decisão sobre a invasão do Iraque. Por esse motivo, apesar do descontentamento do Congresso, a notícia de que o Iraque possuiria Armas de Destruição em Massa foi extremamente divulgada (CRAMER, 2009). Devido à vulnerabilidade que as elites políticas têm em relação à opinião pública, era preciso que a ameaça à segurança nacional fosse sentida pela população. Os estadunidenses tendem a evitar custos, mas, caso acreditem que tais custos são necessários para atingir um bem maior, serão a favor da utilização de força. Dessa forma, o apoio à utilização de força se dará caso haja a combinação de uma predisposição da população (a cultura política) com o tipo de informações às quais ela é exposta. É preciso que haja algum tipo de ligação entre o que está sendo proposto e as crenças já partilhadas por aquele povo (WESTERN, 2009).

Mesmo que a aprovação do presidente e de seu trabalho tenha aumentado, não se sabia quanto tempo esse apoio iria durar. Por isso, a inteligência dos EUA se preocupou em criar o termo “Eixo do Mal”, através do qual era criado um link entre o Iraque e a Al Qaeda. Esse termo buscava mostrar como os países do eixo (Iraque, Irã e Coreia do Norte) eram irracionais assim como o grupo terrorista Al Qaeda. Quando o convencimento da população em relação a uma possível invasão estava declinando, além de recorrer ao argumento das ADM, o governo começou a trazer para o debate as ações que já haviam sido tomadas pelo Iraque. Entre elas, estavam a utilização de armas químicas contra a população civil iraquiana, a invasão do Irã em 1980 e do Kuwait em 1990. Ademais, foi afirmado, com toda a segurança, que Saddam Hussein possuía ADM, que ele estava desenvolvendo armas nucleares e que estava pronto para usar ambas as tecnologias contra os EUA e seus amigos e aliados (WESTERN, 2009).

Entretanto, apesar das tentativas do governo estadunidense, o apoio da opinião pública não foi imediato, pois ela não estava convencida de que houvesse uma ligação direta entre o Iraque e a Al Qaeda. Em pesquisa realizada pela Gallup, CNN e USA Today, quando

perguntados sobre sua opinião sobre uma intervenção militar no Iraque para a retirada de Saddam Hussein do poder, ao longo do ano de 2002, o número de pessoas a favor de tal medida havia caído cerca de 20 pontos percentuais em relação ao número visto nos dias que sucederam aos ataques (AEI, 2009-2). Para contornar tal situação, Bush apelou para outras medidas de convencimento: resolveu recorrer à ONU e ao Congresso dos EUA para obter uma autorização para utilizar a força. Agindo dessa forma, o presidente dos Estados Unidos da América levantava a questão de por que a ONU não agia militarmente frente a tudo o que acontecia, e não mais porque os EUA acreditavam que o uso da força era necessário (WESTERN, 2009).

Através de várias manifestações de diferentes autoridades dos EUA, foi repetido, inúmeras vezes, que o Iraque representava uma grande ameaça para a segurança dos estadunidenses. Contudo, o que colocou fim às dúvidas da opinião pública estadunidense sobre a invasão foi a proclamação, por parte do governo, de que existiam provas do contato existente entre o Iraque e a Al Qaeda. E que, mais do que isso, o Iraque estava negociando o fornecimento de ADM para o grupo terrorista. Em outubro de 2002, as pesquisas, que antes mostravam uma opinião pública dividida, agora mostravam que a maioria da população acreditava que Saddam Hussein tinha ligação direta com o 11 de setembro e que, caso já não possuísse, o Iraque estava a ponto de adquirir armas nucleares. Depois dessa mudança na opinião pública, a Casa dos Representantes e o Senado, finalmente, autorizaram a utilização da força pelo presidente (WESTERN, 2009).

4.3- A opinião pública importa?

Existe um grande debate sobre a relação existente entre o estabelecimento da política interna e da política externa. Ao contrário de muitos críticos realistas, Jeremy Bentham (HOLSTI, 2009) coloca a opinião pública no centro da legitimação e efetivação da política externa. Da mesma forma, Putnam (1988) afirma que os tomadores de decisão devem estar preocupados simultaneamente com as pressões internas e externas. Internamente, devem levar em consideração a política, que inclui a opinião pública e as eleições, e não apenas os órgãos oficiais. Esse modelo de interação entre o doméstico e o internacional foi apelidado por Putnam de “Two-level game”. Segundo o autor, em vários momentos da história a opinião pública afetou acordos estabelecidos e os rumos da política tanto interna quanto externa.

Por outro lado, os realistas tendem a criticar a opinião pública, pois a consideram passível de ser movida pela ignorância e pela paixão. Segundo essa corrente de Relações

Internacionais, o cidadão comum teria várias questões do dia-a-dia a serem resolvidas e a política externa estaria muito longe de seu alcance. Dessa forma, ele não teria nem tempo nem inclinação a se interessar pelos assuntos internacionais. Para os realistas, a participação da população na formulação da política externa não traria tantos benefícios quanto sua participação na política interna. A explicação estaria no fato de as reações na política externa deverem ser rápidas e eficientes. Dar voz à opinião pública seria colocar o país em desvantagem em relação à tomada de decisão em outras nações. Outra crítica feita pela corrente realista é a de que a opinião pública seria bastante volátil e mal informada (HOLSTI, 2009). Contudo, mesmo que as opiniões individuais sejam construídas a partir de informações parciais, o debate público pode construir uma opinião agregada consistente (além de toda a informação, mesmo de atores qualificados, é parcial). As pessoas acabam por converter suas opiniões individuais em participação pública. E, por essa razão, essa deve ter grande impacto na política pública (TABER, 2003).

Conforme discutimos anteriormente, a Guerra do Vietnã foi um marco para a importância da opinião pública e da comunicação de massas. Foi nessa época que se começou a considerar que a formulação da política externa era mais do que a simples resposta aos estímulos internacionais. Além disso, através de pesquisas realizadas ao longo da história estadunidense, percebeu-se que a opinião pública desse país não se mostrava volátil em suas análises como a corrente realista poderia nos fazer crer. Mais do que isso, suas escolhas e julgamentos se mostraram bastante racionais. Segundo o que mostra Holsti (2009), as mudanças de opinião da opinião pública estadunidense ocorreram, ao longo da história, em contextos bem específicos, tais como guerras ou momentos de crise. Durante períodos de estabilidade, foi observada uma constância dessa opinião. Mesmo que, como afirmam os realistas, ela seja dotada de pouca informação, seus julgamentos são estruturados de forma coerente, através de valores centrais, tais como o militarismo, o etnocentrismo, o moralismo na guerra, o anticomunismo (substituído, depois do fim da Guerra Fria, pelo antiterrorismo) e o isolacionismo. Estudos feitos em eleições presidenciais dos EUA mostraram que assuntos internacionais também podem ser atraentes ao público quando são colocados em pauta. Além do mais, a opinião pública se mostrou capaz de se expressar sem, necessariamente, seguir o que dizem os políticos e os líderes de opinião (CLOUGH, 1994; ISAACS, 1994,1998. In HOLSTI, 2009).

Outro indicativo importante do aumento da relevância da opinião pública para a tomada de decisão foi o advento das pesquisas de opinião, das quais todos os governos mais recentes fizeram uso, em maior ou menor grau. Em geral, políticos têm uma certa resistência a

aceitar que possam ser influenciados pela opinião pública. Entretanto, em alguns casos, como no governo de Reagan, ficou clara a ligação entre a opinião pública e as decisões tomadas em relação aos gastos militares. A crescente utilização de pesquisas de opinião pública mostra que a opinião pública importa. Contudo, fica a dúvida se elas são utilizadas como guia para as decisões de política externa ou como forma de manipulação. Principalmente em situações de crise, a possibilidade de manipulação aumenta, pois os governos recorrem ao argumento de que é necessário que haja rapidez e agilidade na resolução dos problemas. Essa necessidade de agir com rapidez, permite que a maioria das grandes decisões se concentre nas mãos do presidente e que algumas informações vitais fiquem restritas ao governo (HOLSTI, 2009).

A questão da relevância da opinião pública ainda é controversa. Se, por um lado, alguns estudos indicam que a influência do público é quase nula, outros, que ela pode ser bastante relevante. Em certos momentos da história estadunidense, a opinião pública teve grande importância nos rumos das políticas realizadas. Em outros, seu impacto foi pequeno, mas a preocupação dos governantes com a opinião pública durante a tomada de decisão, ainda assim, existia. É importante ressaltar que diferentes autoridades devem ser afetadas de formas distintas pela percepção da população das políticas governamentais. Entretanto, mesmo os governantes que não conferem grande importância para a opinião pública não conseguem ser totalmente alheios aos resultados das pesquisas sobre o desempenho governamental. E nos últimos anos, há um claro aumento do interesse na opinião pública, como pode ser visto através do crescente número de pesquisas realizadas. Por essas e outras razões, não se deve nem afirmar que a política externa de um país é delineada por aquilo que a opinião pública dita, nem que a opinião pública é simplesmente irrelevante no estabelecimento da política externa (HOLSTI, 2009). Afinal, a opinião pública pode ser considerada “o sangue de uma democracia” (TABER, 2003).

Os assuntos internos e externos dos EUA já haviam se relacionado ao longo de toda a Guerra Fria. A população estadunidense tivera um envolvimento quase que direto com as questões que diziam respeito ao conflito Leste-Oeste, a ideia (e a prática) maniqueísta não dizia apenas respeito à URSS e aos EUA como Estados, mas também às suas nações (pelo menos foi isso que a dicotomia exacerbada entre comunismo e capitalismo fez crer). Durante os anos de guerra, essa oposição colaborou para o fortalecimento do nacionalismo estadunidense e para a ratificação de vários traços históricos. Os ataques de 11 de setembro, da mesma forma, foram particularmente marcantes para o envolvimento da opinião pública estadunidense nas questões internacionais. O governo estadunidense teve de levar em consideração a opinião pública na formulação de suas decisões de política externa.

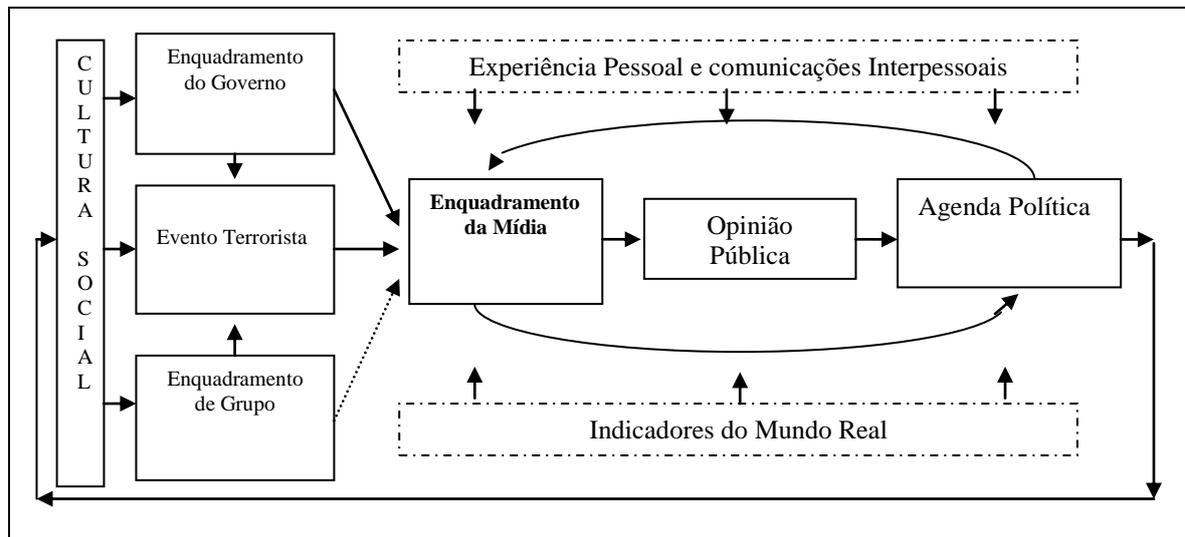
Os atentados terroristas em Nova Iorque e em Washington foram essenciais no processo de estabelecimento das políticas externas no período pós-11 de setembro. O presidente precisava de algum elemento que pudesse aumentar sua aceitação perante a população e que colaborasse para que a opinião pública se tornasse favorável às ações militares que o governo desejava realizar como resposta aos eventos. Assim como em outros momentos da história, através das pesquisas de opinião, o governo estadunidense pode rastrear quais eram as posições da população em relação ao seu trabalho, às suas ações e aos planos de ação para a réplica aos ataques que os EUA haviam sofrido. Através dessas pesquisas, foi possível ver claramente que a aceitação de Bush e de seu governo aumentou rápida e profundamente, permitindo que os poderes e a autonomia decisória concedidos ao presidente fossem aprofundados. Não podemos negar, contudo, que essa maior aceitação e, principalmente, a posterior concordância da opinião pública com as invasões do Afeganistão em outubro de 2001, e do Iraque, em 2003, tenha sido, em boa medida, fruto de um trabalho feito pelo governo dos EUA para o convencimento da população. A mídia teve papel fundamental nesse processo, veiculando imagens e notícias na televisão que foram determinantes para a percepção da população do risco enfrentado por sua nação.

Entretanto, é importante ressaltar que opinião pública estadunidense não foi apenas reativa às informações (manipuladas ou não) fornecidas pela mídia. Muito do que foi veiculado também era fruto das condições sociais e políticas existentes nos EUA. Por esse motivo, devemos levar em consideração não apenas os constrangimentos ao debate que se criaram a partir dos atentados, mas também da cultura política estadunidense construída ao longo de sua história. Mesmo que tenha havido uma inflação dos acontecimentos, eles de fato ocorreram e foram, em boa medida, interpretados pela população da maneira que foram devido ao seu passado histórico. A ideia de excepcionalidade e oposição ao “outro” sempre esteve presente no imaginário dos estadunidenses. Dessa forma, a ocorrência dos atentados apenas corroborou para que essa percepção de mundo fosse ratificada e para que a sensação de ameaça fosse elevada ao extremo.

Aliado ao passado político e cultural dos EUA, fica evidente, contudo, que diversas informações a respeito da situação do terrorismo e das potenciais ameaças foram exacerbadas devido ao enquadramento que foi dado pela mídia e pelo governo dos EUA. A questão do desenvolvimento de ADM e de Armas nucleares é o exemplo mais emblemático disso: a população estadunidense não estava disposta a compactuar com a invasão do Iraque devido à falta de indicativos da relação existente entre esse país e os ataques. Então, para resolver essa questão, o governo veiculou notícias de que Saddam Hussein estava desenvolvendo tais

tecnologias (o que, mais tarde, viria a se provar falso). A repetição dessa ideia, juntamente com mecanismos que abordamos anteriormente neste trabalho, garantiram o aval da opinião pública para a invasão do Iraque. Apesar de, no caso do 11 de setembro, o governo ter se utilizado explicitamente da manipulação e da concentração de informações sigilosas sob seu poder, não se pode negar que foi feito um grande esforço por parte do governo dos EUA para que a população compactuasse com a política externa. Havia uma clara preocupação de Bush em relação à aprovação, frente à opinião pública, de suas ações. Mesmo que tenha havido essa manipulação, a preocupação do governo em convencer a população a pensar de uma determinada forma deixa claro como era fundamental, para o governo dos EUA, que a opinião pública estadunidense fosse a favor das políticas externas implementadas.

Figura 2- Modelo do processo de enquadramento para eventos terroristas



Fonte: Framing Terrorism: The News Media, the Government and the Public

Na figura acima, há uma esquematização do que foi exposto. Temos, antes de mais nada, mas também em função da Agenda Política, a Cultura Social (e política) de um povo. No caso dos EUA, a Cultura Social e Política seria composta por seus valores, suas crenças e normas que, há tantos anos, são construídos em seu imaginário, tais como as ideias de superioridade, de excepcionalidade, de diferenciação, entre outras. A partir disso, há a ocorrência do evento terrorista cujo enquadramento da mídia será determinado por essa Cultura Social, mas também pelo enquadramento ou interpretação dado pelo governo e oficiais e por algum eventual grupo dissidente. A abordagem dada pela mídia terá grande influência em como a opinião pública reagirá ao evento terrorista. A grande exposição do público dos Estados Unidos às imagens dos atentados, bem como às informações fornecidas e

veiculadas pelo governo foi, por exemplo, responsável pelo aumento da percepção do risco. Por fim, mas não menos importante, a opinião pública terá influência direta na decisão da política externa, levando o governo a considerar a repercussão de duas ações.

4.4- A Busca pelo Consenso

Para que um sistema político seja exitoso e sobreviva, é imperativo que ele goze de apoio (EASTON, 1957). A continuidade de “feedbacks” negativos de diversos componentes do apoio ao sistema pode levar a um espiral decadente, o qual foi chamado por Hetherington (In: JUST; KERN; NORRIS, 2003) de “Círculos viciosos”. Eles são potencialmente negativos para os governos, pois podem minar sua capacidade de resolver problemas. Ataques terroristas podem ter dois efeitos distintos sobre esses círculos viciosos. O primeiro deles é o de corroborar para a falta de apoio aos líderes e às instituições governamentais caso os grupos terroristas sejam visto como um desafio para a habilidade do governo de defender a população das ameaças à sua segurança. Contrariamente, eventos terroristas podem ser um fator determinante para a “reversão” do quadro de “Círculo vicioso”, garantindo o aumento do apoio aos líderes políticos e da confiança nas instituições do governo. O efeito será negativo ou positivo dependendo, em grande medida, da forma como esses eventos são reportados pela mídia e tratados pelo governo (ADAY; BREWER; GROSS, 2003. In: JUST; KERN; NORRIS).

Segundo a classificação feita por Easton (1957), existem três níveis de apoio ao sistema: o primeiro deles é o apoio à comunidade política, o qual faz referência ao patriotismo e ao grupo no qual se está inserido, à identificação de uma unidade e de um grupo coeso que partilha objetivos comuns; o segundo é apoio ao regime político, o qual diz respeito às “regras do jogo”, à forma como as questões políticas são conduzidas e as decisões são tomadas; o terceiro e último nível de apoio é às autoridades políticas, ao governo. Os dois últimos níveis, frequentemente, se confundem e acabam sendo tratados (pela opinião pública) como apoio e confiança nas decisões e atitudes do governo como um todo ou na figura do presidente e do congresso. A última forma de apoio, historicamente, tende a aumentar quando um país se depara com uma situação de crise, principalmente o apoio à figura do presidente.

O sistema de apoio nos EUA sofria erosão nos anos anteriores aos ataques de 11 de setembro. Essa situação preocupava os estudiosos e, obviamente, o governo dos EUA, pois se vivia um período de “Círculo Vicioso”, que poderia ser perigoso para as capacidades do governo estadunidense. Caso não tivesse havido nenhum tipo de choque externo,

provavelmente, o sistema de apoio estadunidense teria continuado em baixa. Entretanto, a ocorrência do “choque 11 de setembro” surgiu como excelente alternativa ao “Círculo Vicioso” estadunidense. Como vimos através das pesquisas de opinião realizadas antes e depois dos eventos por diversas entidades, o apoio ao governo estadunidense e ao presidente cresceu. Além disso, os eventos “reforçaram as relações entre as várias formas de apoio ao sistema” (ADAY; BREWER; GROSS, 2003. In: JUST; KERN; NORRIS). Em um sistema político centrado na figura do presidente da República, como é o caso dos EUA, o crescimento da aprovação e da confiança na figura do presidente, em geral, terá “spill-overs” para outras instituições governamentais, tais como o setor militar e as agências de inteligência. Isso se dá devido à hierarquia estabelecida entre o presidente e tais instituições: por serem consideradas subordinadas ao poder do presidente, essas instituições acabam por ter ganhos com o aumento da confiança no presidente.

Em consequência dos ataques, não apenas a confiança no regime estadunidense aumentou, como também o apoio à comunidade política, através da reafirmação do patriotismo estadunidense. Como vimos, o patriotismo estadunidense sempre foi um elemento de grande importância no estabelecimento do país e em sua projeção internacional. Dessa forma, o 11 de setembro colaborou para o aprofundamento desse sentimento de pertencimento, criando uma ligação ainda maior à imagem da nação e aos símbolos patrióticos nacionais, tais como a bandeira (DIETZ; FRIED; SULLIVAN, 1992. In: JUST; KERN; NORRIS). Ademais, houve o aumento da confiança nos compatriotas, criando um ambiente de cooperação e de maior engajamento social e político. Uma maior confiança social influencia diretamente o apoio dado às instituições e aos atores políticos. Após os ataques, os estadunidenses se disseram ainda mais orgulhosos de serem cidadãos estadunidenses do que antes dos ataques (ADAY; BREWER; GROSS, 2003. In: JUST; KERN; NORRIS).

Através de pesquisas realizadas em dois momentos após o 11 de setembro, os autores Aday, Brewer e Gross puderam confirmar a hipótese de que a confiança política e a confiança social se influenciam mutuamente. A confiança social levou a um maior patriotismo simbólico, que, por sua vez, teve bastante influência no apoio dado ao presidente Bush. Além disso, o apoio dado a Bush, segundo as pesquisas indicam, se “espalhou” para outras instituições sob comando do presidente, tais como o setor militar e o congresso. Dessa forma, esses e outros setores do governo gozaram de maior confiança por parte do público. Entretanto, surge a questão sobre de que maneira foi possível que houvesse tal aumento de apoio ao sistema política estadunidense. A explicação mais plausível é a de que a exposição da opinião pública a um “consenso pró-governo”, através do enquadramento dado às notícias

deve ter sido a grande responsável pelo aumento do apoio. As inúmeras transmissões de histórias heroicas e de imagens dos ataques pelos diversos canais de televisão contribuíram para a percepção de colaboração e de partilha de ideais e sentimentos frente aos ataques, aumentando a confiança existente na comunidade política. Além disso, a abordagem dos ataques e os discursos presidenciais criaram uma atmosfera de caos e de crise política, a qual, por si só, seria responsável pelo aumento do apoio ao governo.

Visto que a população estadunidense tende a resolver suas inquietações com as questões internacionais através da concessão de apoio ao governo, especialmente quando existe uma ameaça clara à segurança da população estadunidense, o pós-11 de setembro foi um período extremamente favorável para a criação de um “Círculo Virtuoso”, em oposição ao “Círculo Vicioso” enfrentado no período anterior aos ataques. Apesar de o governo Bush ter podido realizar as invasões do Afeganistão e do Iraque utilizando o apoio adquirido a partir dos ataques, ele não foi capaz de se utilizar do momento para criar uma forte base de apoio ao sistema. O apoio, como temia George Bush, teve curta duração e se limitou à política externa desenvolvida logo após o 11 de setembro (ADAY; BREWER; GROSS, 2003. In: JUST; KERN; NORRIS). Esse apoio (e confiança) no governo foi fundamental para o desenvolvimento da Guerra contra o Terror e para todas as outras medidas tomadas por Bush em relação à política interna e externa. Quando esse apoio diminuiu, o presidente começou a ter problemas para conduzir a política externa da mesma forma.

Mais do que o poder coercitivo de um Estado, o que garante a viabilização das ações do governo é o consentimento dado pelas massas ao governo (GRAMSCI, 1999). Esse consentimento pode ser espontâneo ou construído. No pós-11 de setembro, o governo dos EUA buscou construir o consentimento através da transformação de ideias (o terrorismo e sua ameaça) em estruturas (o estado de guerra contra o inimigo). A persuasão é o mecanismo central na construção dos fatos sociais e é através dela que as ideias se tornam normas e o subjetivo se torna intersubjetivo (PAYNE, 2001). O processo de persuasão não se dá, contudo, em um ambiente livre de oposições. Há sempre a confrontação com ideias distintas. Os agentes responsáveis pela persuasão criam enquadramentos para os fatos vividos, provendo apenas uma visão da situação e sugerindo comportamentos adequados naquele contexto. Entretanto, toma-se o cuidado de estabelecer algum tipo de relação com o conhecimento previamente adquirido pela população, para que os novos conceitos sejam melhor aceitos.

Em seu enquadramento da Guerra ao Terror, o governo estadunidense buscou transformar as ideias e percepções a respeito dos ataques em normas hegemônicas. Para tanto,

o governo recorreu ao aprofundamento da ideia de nação, mas também deu destaque à ameaça existente. Isso não foi feito, contudo, sem fazer nenhum tipo de paralelo com o passado. Em diversos momentos, Bush recorreu à imagem da nação forte e libertadora, assim como já havia sido feito muitas outras vezes na história dos EUA. Além disso, foi dado destaque à oposição e distinção existentes entre os estadunidenses e os “outros”, ressaltando a necessidade que existia, não apenas de um contra-ataque, como também de uma nova etapa de propagação da democracia e da liberdade através das mãos dos EUA. Essa retórica permitiu que o consenso fosse criado e que a política externa estadunidense pós-11 de setembro fosse estabelecida. Sem utilizar da coerção, o governo de George Bush conseguiu concretizar suas aspirações: invadir o Afeganistão e o Iraque.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ataques de 11 de setembro foram um marco para as Relações Internacionais e para o estabelecimento da política externa estadunidense. Esses eventos são considerados um marco divisório na história desse país, cuja população sofreu com o trauma proveniente da sensação de falta de segurança e cuja inclinação da política externa foi radicalmente acelerada. Devido à relevância dos ataques, neste trabalho foi feita uma análise de suas principais consequências para a população e para a política externa estadunidenses, bem como dos elementos (surgidos a partir de tais eventos) que viabilizaram a tomada de decisão e o estabelecimento da política externa dos Estados Unidos nos anos que se seguiram ao ataques de 11 de setembro.

Com esse intuito, o trabalho se propôs a entender de que forma o 11 de setembro afetou as política interna e externa dos EUA. Para responder a esse questionamento, foram analisados quatro aspectos desse processo: em primeiro lugar, se o surgimento da ameaça externa contribuiu para o aprofundamento da coesão interna; em segundo lugar, se a opinião pública foi relevante no processo de estabelecimento da política externa dos EUA; em terceiro lugar, qual foi o papel da mídia e do próprio governo na disseminação e posterior percepção da ameaça terrorista; em quarto e último lugar, verificar se os ataques de 11 de setembro contribuíram para o aumento da legitimidade do presidente George W Bush.

Para responder a essas perguntas, foi feito um levantamento bibliográfico de diversos autores que discutem não apenas os EUA no pós- 11 de setembro, como também a cultura política e o histórico da formação dessa nação. Para avaliar as mudanças ocorridas na opinião pública, foram utilizadas pesquisas de opinião que mostram qual era a opinião da população estadunidense antes e depois dos atentados terroristas. Através dessas pesquisas, ficam claras as mudanças de perspectivas e do olhar dessa população em relação às atitudes e decisões tomadas pelo presidente George Bush, bem como pelo congresso e outros órgãos do governo. O cruzamento de dados provenientes das pesquisas de opinião com as teorias e análises anteriormente feitas pelos autores utilizados nos permitiu avaliar qual foi o impacto dos eventos para a população e para a legitimação de Bush e da Guerra ao Terror por ele iniciada.

Com o intuito de responder aos questionamentos aqui propostos, esse trabalho foi dividido em quatro capítulos. No segundo deles, sob o título de “EUA: Identidade e Política Externa Antes do 11 de Setembro”, é feita, em primeiro lugar, uma retomada da história da formação dos EUA desde sua independência. Nesse subcapítulo, são feitas algumas reflexões

sobre a construção do imaginário estadunidense a partir das ideias surgidas juntamente com sua independização. Como vimos, desde sua independência, os EUA criaram uma ideologia bastante nacionalista através da exacerbação do que eles representavam no mundo. Os conceitos de excepcionalidade, de Destino Manifesto, de experimento surgem de forma gradual em uma tentativa de diferenciação em relação, primeiramente, aos europeus e, posteriormente, à URSS. Na tentativa de se diferenciar, os estadunidenses exportaram para o mundo a ideia de serem elemento necessário na consolidação da democracia e da liberdade no mundo. Além disso, a oposição ao “outro” mostrou-se um elemento fundamental na constituição da identidade estadunidense. A representação do “outro” como o mal a ser combatido foi, ao longo de toda a sua história, determinante para que os EUA pudessem se identificar como o a representação do bem. Esses e outros elementos construídos ao longo da história estadunidense foram essenciais para a manutenção da nação.

Em seguida, foi feita uma retomada dos principais conceitos de terrorismo e de sua utilização pelos Estados e grupos dissidentes, bem como uma descrição dos ataques de 11 de setembro. A partir do que foi apresentado, nota-se que a definição de terrorismo é bastante ampla e deixa margem para diversas interpretações. Em geral, a palavra terrorismo é utilizada para caracterizar grupos dissidentes que se utilizam de atos violentos para atingir objetivos políticos. Contudo, o conceito permite que as ações estatais também sejam enquadradas como atos violentos que visam atingir objetivos políticos, assim também podendo ser caracterizadas como terrorismo. Além dessa relativização, é mostrado que a preocupação com o terrorismo tem origem anterior aos ataques e que a Guerra ao Terror teve suas raízes no discurso de Ronald Reagan, alguns anos antes.

Na terceira subdivisão do segundo capítulo, contextualizou-se o Iraque e o Afeganistão, fazendo uma breve retomada de seus históricos pré-11 de setembro e de suas relações com os EUA. No caso do Afeganistão, observou-se que o país vivia uma situação de crise política e que havia disputas internas. A ascensão do governo Talibã ao poder havia causado incômodo aos EUA, que viam um grande problema na existência de uma relação direta entre o regime afegão e o grupo Al Qaeda. A preocupação com os rumos do país fez com que os Estados Unidos buscassem intervir no país de diversas formas, sem, contudo, recorrer à invasão ou a medidas mais violentas. No caso do Iraque, por outro lado, verificou-se que existira, antes da oposição dos EUA ao regime de Hussein, uma relação de colaboração entre seu governante, Saddam Hussein, e o governo dos EUA. Por alguns anos, os EUA contribuíram para o armamento e treinamento do governo do Iraque, principalmente, ao longo da Guerra do Golfo. Contudo, com o fim da guerra e com as mudanças nos interesses na

região do Golfo, os EUA passaram a condenar as ações iraquianas e buscar sua punição frente aos órgãos internacionais. Ademais, o governo estadunidense passou a colaborar para o combate ao governo de Hussein através do apoio a grupos descontentes no país. Entretanto, assim como no caso do Afeganistão, os EUA não recorreram à invasão ou ao ataque direto ao Iraque.

No terceiro capítulo desse trabalho, intitulado “A Difusão do 11 de Setembro”, foram apresentadas as reações da população, do governo e da mídia estadunidenses e a utilização que foi dada, pelo governo, aos atentados terroristas. Na primeira parte desse capítulo, foram apresentados os dados referentes à opinião pública estadunidense frente aos atentados. Através das pesquisas, pode-se notar que houve um grande aumento da popularidade de Bush e do congresso estadunidense. A aceitação do presidente e de suas ações era bastante baixa nos dias que antecederam os eventos. Contudo, no dia 12 de setembro essa aprovação subiu para cerca de 90% e a população passou a considerar adequadas as medidas tomadas pelo governo no cenário internacional. Na segunda parte desse capítulo, foi feita uma análise do papel da mídia em geral e o papel exercido pela mídia estadunidense na disseminação dos ataques de 11 de setembro. Como se pode perceber, o uso da televisão foi de grande importância para o impacto que as notícias passariam a ter na opinião pública, e a forma como esta foi exposta ao “bombardeio” de imagens e notícias a respeito dos atentados foi de suma importância para o impacto que o 11 de setembro teve nessa população.

Na terceira parte do terceiro capítulo, foram apresentados os mecanismos utilizados pelo governo estadunidense para controlar a mídia e as notícias por ela veiculadas. Entre eles, estão mecanismos formais e informais. Os primeiros dizem respeito a mecanismos da lei que obrigam a mídia a se sujeitar às decisões do governo sobre o que deve, ou não, ser divulgado e de que forma. Contudo, percebeu-se que os mecanismos que mais foram utilizados, foram aqueles que ocorrem informalmente. Criou-se, nos EUA, um ambiente de destaque às questões de segurança e ao patriotismo estadunidense. Essa conjuntura criou constrangimentos àqueles que pudessem vir a se opor às ideias mais difundidas de como agir em situações de crise como essa. Por essa razão, mesmo que o governo tenha se utilizado pouco de mecanismo formais de controle da mídia, esta acabou sendo controlada pelo clima de constrangimento e patriotismo surgido a partir do 11 de setembro.

Entretanto, como foi apresentado na última parte desse capítulo, esse ambiente não teve surgimento apenas a partir da ocorrência dos atentados. Em grande medida, o discurso do governo e as ideias por ele difundidas foram de extrema importância para a criação desse ambiente. O 11 de setembro foi utilizado para acentuar e estabelecer, de uma vez por todas, a

diferença entre o “nós” e o “eles”. Com os ataques, o governo tinha um ótimo argumento para definir o terrorismo como o novo mal a ser combatido. Além disso, a vulnerabilidade sentida pela população criou uma sensação de maior coletividade e de patriotismo exacerbado, trazendo o discurso de nação escolhida para libertar o mundo mais uma vez em voga.

No quarto e último capítulo desse trabalho, “A Opinião Pública e a Ação Internacional dos EUA”, foram trazidos os elementos que contribuíram para o convencimento da população e seu posterior apoio à invasão do Iraque. No primeiro subcapítulo, foi ressaltada a importância da percepção do risco para o apoio. Ao contrário do que se possa imaginar, a sensação de medo não é produtora de apoio, pois pessoas com medo são avessas ao risco e por isso evitam atitudes violentas que possam ter a retaliação como consequência. Contudo, pessoas que acreditam na existência do risco iminente tendem a apoiar ações violentas além-mar. Devido ao enquadramento dado pelo governo estadunidense, provocou-se a raiva e a consequente percepção do risco pelos estadunidenses. Essa percepção garantiu um maior apoio da população a medidas violentas e uma maior concentração do poder nas mãos do presidente Bush. Na segunda subdivisão do terceiro capítulo, foi mostrado como o governo estadunidense teve de construir uma ponte entre Saddam Hussein e a Al Qaeda para que a população fosse favorável à invasão do Iraque. Esse apoio só foi concretizado quando o governo dos EUA afirmou, através de diversas acusações, e ditas provas, que havia uma relação direta entre o Iraque e a ação da Al Qaeda.

Nas terceira e quarta partes do último capítulo, foi feita uma análise da importância da opinião pública para o estabelecimento da política externa em geral e no caso dos EUA pós-11 de setembro e da relevância desse evento para a legitimação do governo estadunidense. Como foi visto, as abordagens sobre a importância da opinião pública são as mais diversas. Contudo, percebeu-se que a opinião pública estadunidense teve grande papel na implementação da política externa dos Estados Unidos. Houve uma grande preocupação por parte do presidente para que a população estivesse de acordo com a invasão. Além disso, os eventos de 11 de setembro foram de suma importância para a reversão do chamado “Círculo Vicioso” que vivia o governo dos EUA. Sua capacidade de ação estava limitada e teria continuado assim caso não tivesse ocorrido um choque como o 11 de setembro. Ele foi responsável pelo início de um novo ciclo (ainda que pouco duradouro) para Washington que passou a gozar de mais liberdade e autonomia de atuação.

A partir do exposto ao longo desse trabalho, chegou-se a algumas conclusões. A primeira delas faz referência à questão central dessa pesquisa. Pode-se perceber que a ocorrência do 11 de setembro foi de suma importância para a determinação (e mudança) dos

rumos da política interna e externa nos EUA. Surgiu, a partir dos eventos, um ambiente de controle e vigilância tanto internos quanto externos que passou a dominar o debate sobre as prioridades dos estadunidenses e as medidas a serem tomadas em reação aos ataques. Além disso, pode-se concluir que o surgimento de uma nova ameaça externa, assim como havia ocorrido em outros momentos da história estadunidense, foi responsável pelo aumento da coesão interna. Houve um aumento da confiança nos compatriotas e também uma maior sensação de pertencimento e de orgulho de ser estadunidense. Esse momento permitiu uma renovação do nacionalismo estadunidense que sempre foi tão importante para a construção da ideologia dessa nação.

Ademais, apesar de o 11 de setembro ter sido, por si só, um evento marcante e chocante para a população dos EUA, a intensidade de sua repercussão foi muito maior do que esperada. Percebeu-se que a reação da população foi exacerbada em função da interferência e do enquadramento dado pelo governo e da forma como a situação foi reportada e veiculada pela mídia nos EUA. A exposição da população a repetidas notícias e imagens sobre o assunto foi determinante para que os estadunidenses tivessem uma alta percepção da ameaça terrorista. Contudo, assim como foi visto em outros momentos da história dos EUA, a Opinião Pública não foi apenas objeto de manobra do governo. Ela teve papel bastante relevante no estabelecimento da Guerra ao Terror e nas demais medidas tomadas pelo governo de Bush. O governo estadunidense recorreu a diversos meios de conseguir a aprovação da Opinião Pública para levar a cabo suas pretensões além-mar.

Por fim, concluiu-se que os eventos de 11 de setembro foram essenciais para o aumento da legitimidade do presidente George W. Bush e de seu governo. Com uma popularidade extremamente em baixa, o presidente Bush passava por um “Círculo Vicioso”, o qual restringia sua ação. No dia seguinte aos ataques, a sua aprovação já teve grande aumento, e a população passou a julgar o governo do presidente como eficiente. Através dessa maior legitimidade perante a população, Bush (assim como os órgãos a ele subordinados) passou a gozar maior poder e autonomia para conduzir os assuntos internos e, principalmente, externos dos EUA. Sem a utilização da coerção, Washington passou a ter acesso maior poder frente às populações estadunidense e mundial.

Contudo, é importante ressaltar que as análises sobre o 11 de setembro e sua repercussão para a política interna e externa dos EUA não se encerram aqui. Nesse trabalho, foi abordado um aspecto desses eventos, qual seja, de que forma as políticas interna e externa estadunidenses foram modificadas e passaram a interagir (uma com a outra) no período posterior aos ataques às torres gêmeas, até a invasão do Iraque. Além de nem todos os

aspectos que se relacionam com os atentados terem sido abordados nesse trabalho, assume-se que talvez ainda seja muito cedo para tirar conclusões mais definitivas sobre um evento que ainda é tão recente. Sua proximidade cronológica dificulta, em alguma medida, uma análise mais distanciada que possa compreender, em sua totalidade, suas consequências não apenas para os EUA como também para o resto do sistema internacional. Apesar de intensa, estudos indicam que a influência do 11 de setembro teve curta duração. Contudo, esse é um assunto que permanece no discurso do governo dos EUA e de vários estudiosos das Relações Internacionais, entre os quais, os que estabeleceram o 11 de setembro como o marco de início de um novo período da história mundial. Sua importância real ainda resta em aberto e somente novos estudos e o benefício do tempo permitirão que ela seja adequadamente mensurada.

REFERÊNCIAS

- AEI. Studies in public opinion. *America and The War On Terrorism*. Julho de 2008. www.aei.org/publicopinion3
- AEI. Studies in public opinion. *The war in Iraq*. www.aei.org/publicopinion
- BUTT, Gerald. Special Report: *Saddam Hussein - his rise to Power*. BBC. 5 de Fevereiro, 1998. http://news.bbc.co.uk/2/hi/special_report/iraq/53756.stm
- BIERNATZKI, William E. *Terrorism and Mass Media*. Communication Research Trends 21.2 (2002): 1-42.
- BIGO, Didier. “L'impossible cartographie du terrorisme”. *Cultures & Conflits*. Artigo inédito. 25 fevereiro 2005. Consultado em: 28 de outubro de 2013. Disponível em: <http://conflits.revues.org/1149>
- BILLEAUDEAUX, Andre; DOMKE, David; GARLAND, Philip; HUTCHESON, John. U.S. National Identity, Political Elites and a Patriotic Press Following September 11. *Political Communication*, 21:27-50. Taylor & Francis Group. 2004.
- BRADER, Ted; TRAUGOTT, Michael W. “Explaining 9/11”. In: *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. New York and London. Routledge, 2003.
- BROWN, Robin. “Clausewitz in the Age of CNN: Rethinking the Military- Media Relationship”. In: *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. New York and London. Routledge, 2003.
- BUSH, George W. *Selected Speeches President George W. Bush: 2001- 2008*. USA
- CHOMSKY, Noam. *Poder e Terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de setembro*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2005.
- CRAMER, Jane K.; THRALL, Trevor. *American Foreign Policy and The Politics of Fear: threat inflation since 9/11*. New York. Routledge, 2009.
- DOBSON, Alan P; MARSH, Steve. *US Foreign Policy since 1945*. Routledge. 2ª Edição. Londres e Nova Iorque,
- EASTON, David. *An Approach to the Analysis of Political Systems. World Politics*. Vol. 9, Nº 3, pp. 383-400. Cambridge University Press, 1957.

FIRST, Tamar; LIEBES, Anat. "Framing the Palestinian-Israeli Conflict". In: *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. New York and London. Routledge, 2003.

GARCIA-RETAMERO, Rocio; ROUSSEAU, David L. "Estimating threats: the impact and interaction of identity and Power". In: CRAMER, Jane K.; THRALL, Trevor. *American Foreign Policy and The Politics of Fear: threat inflation since 9/11*. New York. Routledge, 2009.

GRABER, Doris A. Terrorism, Censorship and the 1stAmendment: in Search of Policy Guidelines. In: JUST, Marion; KERN, Montague; NORRIS, Pippa. *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. New York and London. Routledge, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Selection from the Prison Notebooks. The Electric Book Company. Londres, 1999.

HISTORY. Site web. Consultado em: 13 de setembro de 2013.
<http://www.history.com/topics/9-11-attacks>

HOLSTI. O.R. *Public Opinion and American Foreign Policy*. University of Michigan Press. Ann Arbor, 2009.

HUDDY, Leonie; FELDMAN, Stanley; LAHAV, Gallya; TABER, Charles. "Fear and Terrorism: Psychological Reactions to 9/11". In: JUST, Marion; KERN, Montague; NORRIS, Pippa. *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. New York and London. Routledge, 2003.

HUDDY, Leonie; JERVIS, Robert; SEARS, David O. *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford University Press, 2003

JACKSON, Ashley. *The Cost of war: Afghan Experiences of Conflict, 1978 – 2009*. Oxfam International. Novembro de 2009.

JUST, Marion; KERN, Montague; NORRIS, Pippa. *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. Nova Iorque e Londres. Routledge, 2003.

KATZMAN, Kenneth. *Iraq: U.S. Regime Change Efforts and Post-Saddam Governance*. Congressional Research Service for Congress. EUA, 2004

KATZMAN, Kenneth. *Afghanistan: Post-Taliban Governance, Security, and U.S. Policy*. Congressional Research Service. EUA, 2013.

KELLNER, Douglas. *Espetáculo e Propaganda da Mídia na Guerra Contra Iraque: Uma crítica das redes de transmissão dos Estados Unidos*. *Líbero*, 13/14, 2004, pp. 65-71

KELTNER, Dacher; LERNER, Jennifer S. *Fear, Anger, and Risk*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 2001. Vol. 81. No. 1, 146-159.

KREBS Ronald R.; LOBASZ, Jennifer. “The sound of silence: rhetorical coercion, democratic acquiescence, and the Iraq War”. In: CRAMER, Jane K.; THRALL, Trevor. *American Foreign Policy and The Politics of Fear: threat inflation since 9/11*. New York. Routledge, 2009.

NEW YORK TIMES. *Excerpt's from Shultz's address on International Terrorism*. Publicado em 26 de outubro de 1984. Acessado em 15/09/2013. <http://www.nytimes.com/1984/10/26/world/excerpt-s-from-shultz-s-address-on-international-terrorism.html>

PAYNE, Rodger A. *Persuasion, Frames and Norm Construction*. University of Louisville. USA, 2001.

PECEQUILO, Cristina S. *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?* Porto Alegre. Editora UFRGS, 2005.

_____. *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?* Entrevista. CEBRI. 2003

PUTNAN, Robert D. *Diplomacy and Domestic Policy: The Logic of Two-Level Games*. *International Organization*. Vol. 42, No. 3. pp. 427-460. 1988.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo?* Editora Brasiliense. São Paulo, 1988.

RYN, Claes G. *The Ideology of American Empire*. 2003

SCHAEFER, Todd. “Framing the US Embassy Bombings and September 11 Attacks in African and US Newspapers”. In: JUST, Marion; KERN, Montague; NORRIS, Pippa. *Framing Terrorism: The News Media, the Government, and the Public*. New York and London. Routledge, 2003.

TABER, Charles S. Information Processing and Public Opinion. In: HUDDY, Leonie; JERVIS, Robert; SEARS, David O. *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford University Press, 2003.

TOALDO, Mattia. *The Reagan Administration and the Origins of the War on Terror: Lebanon and Libya as Case Studies*. New Middle Eastern Studies, 2 (2012). www.brismes.ac.uk/nmes/archives/767

VISENTINI, Paulo F. *A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo*. Porto Alegre. Leitura XXI. 2012

WESTERN, Jon. "The war over Iraq". In: CRAMER, Jane K.; THRALL, Trevor. *American Foreign Policy and The Politics of Fear: threat inflation since 9/11*. New York. Routledge, 2009.

WIKINSON, Paul (Ed.). *Technology and Terrorism*. Londres. Frank Cass & Co. Ltd. 1993.

US STATE DEPARTEMENT. *Patterns of Global Terrorism 2001*. EUA, 2001.